



11. OUTRAS AÇÕES E PROJETOS

11.1 Realização do II Ciclo de Palestras – Gestão Organizacional: Eficiência na Gestão Pública

Tendo como objetivo a disseminação de metodologias de gestão adequadas ao desenvolvimento organizacional, foram realizadas palestras e mesa redonda com personalidades da área estratégica dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, destinadas a gestores e servidores do TJCE. A ação foi promovida pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, e incluiu a realização dos seguintes eventos:

- i. Palestra Inovação em Gestão (22/08/2104)
- ii. Palestra Controle Externo (12/09/2014)
- iii. Mesa Redonda: Programa GesPública (22/10/2014)
- iv. Palestra Governança, Estratégia e Desempenho no Setor Público (28/11/2014)

11.2 Gestão do conhecimento organizacional

Tendo como objetivo a implantação de práticas relacionadas aos processos de identificação, armazenamento, estruturação e compartilhamento do conhecimento organizacional, foram conduzidas diversas ações pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão ao longo do biênio 2013-2014, merecendo realce:

- i. padronização, elaboração de regras e realização de capacitação junto às unidades do TJCE para elaboração do Relatório Anual de Gestão, em conformidade com as regras da ABNT, às diretrizes dos órgãos de controle externo e aos objetivos institucionais de retenção de conhecimento;
- ii. reestruturação do Portal da Transparência do TJCE, com a reorganização das páginas e menus de acesso, um melhor detalhamento das informações e a disponibilização de arquivos em formatos abertos e não proprietários. Foram realizados, ainda, um mapeamento de informações, prazos e periodicidades de atualização, bem assim um



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

- i. criação de novos modelos de acompanhamento das metas do Judiciário Nacional, que apresentam tabelas e gráficos com os resultados alcançados por cada instância do TJCE;
- ii. apoio no acompanhamento pelo Gestor da Meta 4 de 2014, Desembargador Inácio Alencar, referente a processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, como forma de subsidiar os trabalhos por ele executados e fomentar o cumprimento da meta;
- iii. constante revisão e adequação de parâmetros de extração das informações referentes ao relatório Justiça em Números e às Metas do Conselho Nacional de Justiça (Metas 1, 2, 4 e 6 em 2014), em prol da fidedignidade dos dados;
- iv. Apoio metodológico na construção de indicadores e metas para o Planejamento Estratégico 2015-2020.

Elencam-se, demais disso, os estudos estatísticos e os relatórios de gestão elaborados pela Seplag ao longo do biênio, que subsidiaram a Gestão na tomada de decisão e no acompanhamento sistemático de resultados, promovendo, ainda, um melhor entendimento por parte de magistrados e servidores a respeito das metas e indicadores do TJCE, a saber:

Tabela 42: Estudos e Relatórios elaborados pelo Departamento de Informações Gerenciais

Nome	Descrição
Boletim Estatístico 2013.1	Consolida e apresenta os resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Relatório Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao 1º semestre de 2013
Nota Técnica 01/2013	Analisa e fornece esclarecimentos a respeito do desempenho do TJCE nos indicadores contidos no Relatório Justiça em Números 2013 (ano-base 2012)
Relatório Anual de Gestão 2013	Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no exercício de 2013
Boletim Estatístico 2013	Consolida e apresenta os resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao ano de 2013
Nota Técnica 01/2014	Analisa de forma detalhada os critérios estabelecidos na Resolução nº 184/2013 do CNJ, que dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário, bem assim apresenta o desempenho do TJCE nos referidos parâmetros.

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Conclusão

Nome	Descrição
Boletim Estatístico 2014.1	Consolida e apresenta os resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao 1º semestre de 2014
Estudo Técnico 01/2014	Analisa os resultados obtidos pelo TJCE nos principais indicadores do Relatório Justiça em Números referentes ao exercício de 2013, trazendo, ainda, análises comparativas envolvendo a evolução dos mesmos com relação aos anos anteriores
Nota Técnica 02/2014	Analisa e fornece esclarecimentos a respeito do desempenho do TJCE nos indicadores contidos no Relatório Justiça em Números 2014 (ano-base 2013)
Nota Técnica 03/2014	Atualiza os resultados apresentados na Nota Técnica 01/2014, com a inclusão dos dados divulgados no Relatório Justiça em Números 2014 (ano-base 2013), bem como analisa os critérios estabelecidos na Resolução nº 184/2013 do CNJ e apresenta o desempenho do TJCE nos referidos parâmetros
Estudo Técnico 02/2014	Analisa a série histórica de resultados obtidos com relação às metas institucionais contidas no Plano Estratégico 2010-2014, bem como apresenta propostas de indicadores para o Plano Estratégico 2015-2020, de acordo com os macrodesafios estipulados pelo CNJ e com os objetivos estratégicos do novo plano
Relatório de Transição	Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no biênio de 2013-2014 visando ao aporte informações para a equipe de gestores que estará à frente do Judiciário do Ceará no próximo biênio
Relatório de Gestão 2014	Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no biênio de 2013-2014 com vistas ao registro gerencial e histórico da equipe de Gao tão que esteve à frente do TJCE nos anos de 2013 e 2014

Fonte: Departamento de Informações Gerenciais/Seplag

11.4 Curso Gestão do Conhecimento e Inovação

Visando ao aprimoramento de processos, produtos e serviços nas unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário do Ceará, foi realizado o curso “Gestão do Conhecimento e Inovação”, em plataforma EaD, abordando conceitos introdutórios e técnicas relacionadas à inovação e à melhoria da gestão do conhecimento organizacional. A tutoria e a elaboração do conteúdo do curso foram realizadas por servidores da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão.

11.5 Café da Gestão

Tendo como objetivo o aprimoramento de competências gerenciais e estratégicas dos seus servidores, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão promove, semanalmente, o Café da Gestão – ciclo de palestras ministradas por gestores, servidores e convidados, sobre temas



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

relacionados à gestão. Os encontros proporcionam integração, compartilhamento de conhecimentos e debates em torno das lições aprendidas e das oportunidades de melhorias identificadas. Uma vez por mês mantém-se a rotina de convidar um palestrante externo para apresentar temas e discussões condizentes com os propósitos do Café da gestão. Nessas ocasiões, também são convidados servidores de outras áreas do Tribunal. Durante o ano de 2013, foram realizados 35 encontros do Café da Gestão, dos quais 02 foram conduzidos por palestrantes convidados de outras instituições governamentais. Por sua vez, em 2014 foram realizados 37 encontros, sendo 04 conduzidos por palestrantes externos.

11.6 Compartilhamento, fomento e reconhecimento de boas práticas de gestão

O TJCE, por meio da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, busca incentivar a cultura da publicação de boas práticas de gestão no serviço prestado pelo Poder Judiciário do Estado através do Banco de Boas Práticas do Judiciário cearense. O Banco fica situado *on line* na Central do Conhecimento.

No ano de 2013, o Banco de Boas práticas recebeu o seguinte quantitativo de participações:

Tabela 43 – Práticas publicadas no Banco de Boas Práticas em 2013

Classificação	Boas práticas internas	Boas práticas externas
Administrativas	7	3
Jurídicas	4	5
Socioambiental	1	4

Fonte: Divisão de Gerenciamento da Inovação/Seplag

Já no ano de 2014, foi empreendido alinhamento das metas setoriais da GAM de 13 unidades do Judiciário cearense no sentido de as mesmas encaminharem semestralmente, no mínimo, uma boa prática de gestão para o Banco. No referido ano, o quantitativo de participações foi:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tabela 44 – Práticas publicadas no Banco de Boas Práticas em 2014

Classificação	Boas práticas internas	Boas práticas externas
Administrativas	19	4
Jurídicas	1	5
Socioambiental	5	2

Fonte: Divisão de Gerenciamento da Inovação/Seplag

Com o intuito de reconhecer a qualidade e o compartilhamento de práticas de gestão, no ano de 2014 foi promovida a 2ª edição do “Prêmio Melhores Práticas de Gestão”. A premiação, ocorrida em março de 2014, referiu-se às boas práticas inscritas no Banco no ano de 2013, sendo esses os resultados da edição do Prêmio, conforme disciplinamentos editados pela Gestão 2013-2015 (Portaria nº 1117/2013 e Portaria nº 20/2014):

Tabela 45 - Edição 2013 do Prêmio Melhores Práticas de Gestão (premiação realizada em março de 2014)

Prática (título)	Colocação	Comarca	Autor(es)
Planejamento, metas e gestão de pessoas na administração judiciária como fator de valorização da imagem do Judiciário	1º lugar	Itapiúna	Dr. Erick Omar Soares Araujo (Magistrado)
Manual de rotinas cíveis e criminais	2º lugar	Fortaleza – 14ª unid. JECC	Francisca Nelzeny Feitosa Santos (Servidora)
Excelência no atendimento ao jurisdicionado	3º lugar	Fortaleza – TJCE	Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda (Magistrada)

Fonte: Divisão de Gerenciamento da Inovação/Seplag

11.7 Construção, validação, implantação e evolução do fluxo digital do plantão judiciário

Foi implantado pela Secretaria Judiciária, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o fluxo digital do Plantão Judiciário de segundo grau, a fim de possibilitar o recebimento, o cadastramento e o encaminhamento, no sistema SAJ-SG, dos processos recebidos durante os Plantões Judiciários realizados nos finais de semana e nos feriados.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

11.8 Análise do manual de racionalização de procedimentos do CNJ e validação da nova tabela de índices para realização de cálculos judiciais

Foi realizada, pela Secretaria Judiciária, análise do Manual de Racionalização de Procedimentos do Conselho Nacional de Justiça e validação de nova tabela de índices para a realização de cálculos judiciais.

11.9 Reforma nas instalações físicas das unidades administrativas vinculadas à Secretaria Judiciária

Foram realizadas reformas nas instalações do Departamento Judiciário Cível, Divisão de Distribuição e Departamento de Serviços Judiciários de Apoio, racionalizando os respectivos espaços físicos e adequando-os à realidade do processo eletrônico.

A reforma apresentou um quadro positivo de controle das atividades exercidas pelos servidores, melhorando o desempenho dos mesmos, a exemplo da concentração dos Serviços de Recursos das Câmaras em uma única área, como também a mudança do Serviço de Cálculos para uma sala com maior espaço físico e mais privacidade considerando o trabalho que o setor realiza.

11.10 Saneamento das informações dos sistemas SProc e SAJ-SG

Com escopo de reduzir a taxa de congestionamento do 2º grau (Meta Institucional nº 02), nos termos da Resolução nº 06/2014 do Órgão Especial, foi realizado pela Secretaria Judiciária o saneamento das informações processuais contidas nos sistemas SProc e SAJ-SG.

11.11 Descentralização do protocolo administrativo

Os departamentos desta Corte implantaram como boa prática, no exercício de 2014, a protocolização de CPA (Cadastro de Processo Administrativo) em todas as suas unidades, em conformidade com a Portaria nº 1994/2012.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

11.12 Projeto de transparência do protocolo e da distribuição

Visa disponibilizar ao público em geral informações acerca dos processos interpostos, através de monitores alocados no “hall” dos setores respectivos. O projeto é coordenado pela Secretaria Judiciária.

11.13 Certidão *on line* do 2º grau

O projeto, que é conduzido pela Secretaria Judiciária e se encontra em fase de planejamento, visa disponibilizar, no Portal do TJCE na rede mundial de computadores, o serviço de emissão de “Certidão *on line*” dos processos de 2º grau.

11.14 Reestruturação do setor de cálculos judiciais

Objetiva racionalizar, padronizar e manualizar os procedimentos e metodologias de cálculos financeiros adotados no Tribunal de Justiça e no Serviço de Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua, bem como adequar o espaço físico e os equipamentos, incrementar o quadro de pessoal e capacitar os servidores. O projeto se encontra na fase de realização e vem sendo coordenado pela Secretaria Judiciária.

11.15 Reestruturação da Assessoria de Precatórios

Conferindo especial atenção ao Serviço de Precatórios, foi proposto ao Poder Legislativo Estadual a alteração da Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995, com o objetivo de transformar o antigo Serviço de Precatórios em Assessoria de Precatórios, órgão de assessoramento direto à Presidência, integrado por uma Assessoria de Cálculos e uma Assessoria Jurídica, sob a coordenação de um Assessor-chefe. A transformação ocorreu em 15 de julho de 2013, com a publicação da Lei nº 15.380, de 11 de julho de 2013.

Atualmente, referida unidade administrativa, além das assessorias citadas – dois assessores jurídicos e uma assessora técnica de cálculos –, conta com equipe de apoio compreendendo seis servidores efetivos, quatro funcionários terceirizados e doze estagiários, bem



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

como recebe o auxílio de dois assessores jurídicos cedidos pela Consultoria Jurídica e um assessor jurídico cedido pelo gabinete do Desembargador ocupante da Presidência.

Foi reestruturado, de igual forma, o espaço físico do setor, tendo sido iniciado projeto de ampliação e modernização nas suas instalações, objetivando adaptá-lo à nova estrutura organizacional trazida pela Lei nº 15.380/2013. O novo layout disponibiliza espaços que possibilitam comunicação direta entre o Assessor-chefe, as Assessorias Jurídica e de Cálculos, Sala de Apoio e o Gabinete do Juiz Auxiliar da Presidência, permitindo maior rendimento dos servidores atualmente lotados nesta unidade administrativa.

Nesse passo, houve alteração nas instalações do protocolo próprio da Assessoria de Precatórios, que passou a contar com espaço mais reservado para o atendimento às partes (credores/advogados/procuradores).

O protocolo também foi modernizado com a implantação do Sistema SAJ Protocolo, que permite o recebimento, digitalização e juntada imediata das petições apresentadas pelos credores em meio físico ao SAJ-SG – Fluxo de Precatórios. Importante salientar que os advogados cadastrados, a partir da publicação da Resolução nº 13/2013, do TJCE, passaram a apresentar suas petições virtualmente, fazendo uso do Sistema SAJ-SG.

No contexto da reestruturação, foram, ainda, realizadas as seguintes ações:

- i. promovida a readequação de metas e indicadores da GAM do setor;
- ii. oportunizada a capacitação da equipe de colaboradores: promoção de treinamento dirigido a todos os servidores da unidade no Sistema SAPRE, e, no decorrer do mês de novembro, o treinamento para uso do SAJ-SG – Fluxo de Precatórios (2013). Sobre o Sistema SAPRE, também foi promovida pela Assessoria de Precatórios capacitação externa, para servidores lotados no Fórum Clóvis Beviláqua e no TJCE (2014);
- iii. idealizado e posto em prática projeto de capacitação interna da equipe de colaboradores, compreendendo matéria de interesse da Assessoria de Precatórios e apresentada por servidores da própria unidade administrativa (2014);
- iv. alocação de servidores e estagiários, de acordo com suas aptidões, nas unidades internas da Assessoria de Precatórios (Apoio, Assessoria Jurídica e Assessoria Técnica de Cálculos);



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

- v. desenvolvimento de cultura interna do conhecimento compartilhado no setor, dotando todos os servidores do conhecimento geral sobre o trabalho dos colegas, com o objetivo de permitir que cada um possa substituir os demais quando necessário, em virtude de férias ou licenças, o que tem garantido a continuidade do serviço público prestado pelo setor;
- vi. reestruturação e atualização do Portal Eletrônico da Assessoria de Precatórios, com sua atualização constante, buscando o aprimoramento das informações a serem por meio dele divulgadas, incluindo ferramentas de consultas aos precatórios em andamento e peticionamento eletrônico.

11.16 Projeto Custeio da Prova em Processos Cíveis com Gratuidade Judicial

O projeto foi desenvolvido pela Secretaria Geral com o objetivo de possibilitar o pagamento, com fonte de custeio definida no orçamento do Poder Judiciário estadual, de honorários a peritos, tradutores e intérpretes em processos cíveis em que deferido o benefício da justiça gratuita, constituindo-se atualmente atividade desenvolvida pela Secretaria Judiciária.

A normatização da matéria se deu mediante à Resolução nº 10/2012, do Órgão Especial, tendo o projeto sido finalizado em outubro de 2014, com a publicação do Edital de Credenciamento nº 01/2014, de 31/10/2014, publicado no DJe de 03/11/2014, possibilitando ao Poder Judiciário estadual a formação do Banco de Peritos. Participaram da elaboração do referido edital de credenciamento a Consultoria Jurídica, a Secretaria Judiciária e a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua

Foi ainda desenvolvido e implantado sistema informatizado para interessados em integrar o Banco Estadual de Peritos, mediante inscrição pela *internet*, possibilitando às unidades judiciárias o acompanhamento das informações relativas aos peritos cadastrados por comarca.

11.17 Gestão de Pessoas – magistrados de 1º Grau das comarcas do interior do Estado

É realizado, pela Secretaria Geral, o controle de todas as movimentações e afastamentos dos magistrados do 1º grau das comarcas do interior do Estado), tais como substituições, férias, licença para tratamento de saúde, outros afastamentos, bem como os procedimentos referentes à



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

promoção, à remoção, ao acesso e às permutas, além daqueles referentes ao provimento de vagas de membro efetivo e suplente das Turmas Recursais.

Nesse sentido, foi criada pasta compartilhada com informações sobre magistrados de 1º grau, permitindo seu acesso pelo Gabinete da Presidência, Secretaria Geral e Fórum Clóvis Beviláqua. Relativamente aos magistrados de 1º grau, são ainda realizadas:

- i. concessão de Suprimento de Fundo a magistrados do interior do Estado;
- ii. recadastramento dos pedidos de auxílio-moradia, havendo sido analisados cerca de 90 processos administrativos em 2013 e 71 em 2014, com verificação da instrução, expedição de comunicações, informações, despachos e planilhamento dos processos deferidos, implantados em folha, indeferidos ou com pendências;
- iii. análise de processos administrativos referentes às escolhas de Juízes Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, na classe de Juiz de Direito, efetivos e suplentes, inclusive com preparo dos expedientes necessários às votações pertinentes durante sessão do Tribunal Pleno para a indicação dos escolhidos;
- iv. análise e autorização de cadastro dos magistrados e servidores no Infoseg, Renajud, Bacenjud e Infojud;
- v. levantamento sobre todas as situações de "respondência" dos magistrados lotados em comarcas do interior do Estado – seja dentro e/ou fora da respectiva zona judiciária de atuação, registrando-se a elaboração de portarias para definição de novas situações;
- vi. concessão de licença para tratamento de saúde a magistrados da capital.

Tabela 46 – Movimentações e afastamentos de magistrados das comarcas do interior do Estado

Portaria de designação para atuar em processo por natureza	2013	2014
Suspeição/Impedimento	43	20
Auxílio em Comarca	6	3
Resp. Férias	68	37
Resp. Licença	15	21
Resp. Vacância	31	10
Afastamento	3	4
Diretoria de Fóruns	20	8
Revogação	20	8
Celebração de Casamento	29	13

Fonte: Secretaria Geral



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

11.18 Assessoramento administrativo e financeiro/exercício de delegação

A Secretaria Geral atua no exercício de delegação de competências, na autorização, análise e revisão de informações em processos de compras e outros serviços cujo valor seja superior ao estabelecido para a modalidade Carta Convite – acima de R\$ 80.000,00, e, ainda, dos seguintes tipos de procedimentos:

- i. autorização de abertura de licitação, celebração de convênios, respectiva autorização de emissão de empenho, assinatura de Notas de Empenhos e reconhecimento de dívida, conjuntamente com os Secretários das áreas;
- ii. autorização de abertura de licitação, celebração de convênios, respectiva autorização de emissão de empenho, assinatura de Notas de Empenhos e reconhecimento de dívida;
- iii. ordenação e autorização de despesas relativas às atividades do Gabinete da Presidência e do Gabinete da Vice-Presidência, até o limite do valor estabelecido para a modalidade Tomada de Preços, inclusive a instauração de procedimento licitatório, sua homologação e ainda para compra e contratação de prestação de serviços para essas Unidades.

Os dados a seguir demonstram o volume quantitativo das citadas atividades:

Tabela 47 - Análise e Decisões em Processos Administrativos 2013-2014

Entrada		Saída		Arquivados	
2013	2014	2013	2014	2013	2014
10.105	9.051	9.748	8.797	393	215

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Dentre outras ações desenvolvidas pela Secretaria Geral, destacam-se:

- i. a revisão da normatização da edição do Diário da Justiça – Portaria nº 41/2014;
- ii. a realização de campanhas, a cargo do Departamento de Serviços Integrados de Saúde como Triagem Vocal, Vacinação contra Gripe e Hepatite B, Combate e Prevenção da Obesidade, Combate à Hipertensão Arterial, Dia Mundial da Voz, Outubro Rosa e Novembro Azul;



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

entendimentos firmados pelo setor e encampados pela Presidência do TJCE no biênio 2013-2014. Espera-se que a revista sirva de parâmetro de consulta para as gestões vindouras.

11.21 Guarda e gerenciamento de processos físicos

Com a adoção pelo Tribunal de Justiça do Ceará do processo judicial eletrônico e, considerando o aumento da produção de informações em formato digital, tornou-se necessário que a Assessoria Institucional, por meio da sua Divisão de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, realizasse a guarda e o gerenciamento dos autos físicos após a sua conversão. No biênio 2013-2014 foram recebidos 23.760 processos físicos, referentes às varas Cíveis, da Fazenda Pública, Criminais e de Trânsito. Da parte da Secretaria Judiciária, foram recebidos 7.896 processos.

No que concerne aos processos relativos ao 2º grau, a Assessoria Institucional, por meio da sua Divisão de Arquivo, desempenhou as seguintes ações: conferência, higienização, triagem e reorganização de 1.200 caixas de 20kg e de 760 caixas tipo box; arquivamento e desarquivamento de 15.447 processos, dos quais 14.955 eram jurídicos; conferência de 627 fichas financeiras digitalizadas dos servidores, proporcionando maior segurança nas juntadas de peças de processos digitais; organização de livros de atas, de acórdãos e de cursos de apelação cíveis e criminais, totalizando 600 livros de períodos diversos (englobando exemplares datados do ano de 1881 a 2004); e a reestruturação da sala-cofre, com a realocação de estantes e a consequente organização de 887 caixas alocadas no espaço.

11.22 Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe

A Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe encontra-se totalmente informatizada, possuindo um acervo de 9.706 títulos e 13.725 exemplares de livros, além de 210 títulos de periódicos, disponíveis para pesquisas e empréstimos. Há de se ressaltar que, no biênio 2013-2014, a Biblioteca realizou um total de 4.164 empréstimos e, somente em 2014, recebeu a visita de cerca de 1.600 alunos oriundos de diversas escolas públicas e faculdades de direito. Além disso, é realizada mensalmente uma pesquisa de percepção do grau de satisfação do público com o material disponibilizado na Biblioteca e com os serviços prestados, sendo aferido que os usuários se encontram com nível de satisfação de 98%.



11.23 Programa Nacional de Gestão Documental

Em consonância com a Recomendação nº 37 e com a Portaria nº 616/2010, ambas do Conselho Nacional de Justiça, que instituíram, respectivamente, o Programa Nacional de Gestão Documental e o Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), a Assessoria Institucional, por meio do Departamento de Gestão de Documentos, iniciou os trâmites necessários ao atendimento das citadas normas, a saber:

- i. estudo, desenvolvimento, planejamento e coordenação das atividades relacionadas à organização técnica e administrativa de gestão documental;
- ii. coordenação do grupo de trabalho de gestão documental, referente ao recebimento e guarda dos processos digitalizados oriundos do Fórum Clóvis Beviláqua;
- iii. catalogação de normas arquivísticas;
- iv. esboço das tabelas de temporalidade de documentos.

Nesse contexto, foram iniciados, em 2013, os trabalhos necessários à implantação da política de gestão documental no âmbito do Poder Judiciário cearense (Proged), que definirá as condições necessárias à padronização e à melhoria dos processos de trabalho, bem como à preservação e à divulgação das informações, resultando no aprimoramento da prestação jurisdicional e da utilização dos acervos judiciais como fonte de pesquisa histórica.

Vale salientar que, além de atender às diretrizes e normativos do CNJ, a implantação do Proged resultará na criação de Tabela de Temporalidade, que será utilizada pelo TJCE como parâmetro para o descarte de documentos físicos e eletrônicos, incorrendo em redução de custo e otimização no uso do espaço disponível.

11.24 Projeto “Amor à Vida, Crack Não!”

Realizado em parceria com o Instituto Venelouis Xavier Pereira / Jornal O Estado, o Projeto leva, a diversas escolas públicas, palestras com psicólogos e ex-usuários de drogas esclarecendo sobre o uso do crack e de outras drogas.

Sob monitoramento e execução da Assessorial de Cerimonial do TJCE, já foram beneficiados pela ação 2.027 alunos da rede pública estadual e municipal.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

11.25 Eventos

Seguem listas de eventos e ações realizados e/ou acompanhados pela Assessoria de Cerimonial:

Tabela 48 - Eventos – Gestão 2013-2015

Data	Hora	Eventos	Local
29/01/2013	14h	Solenidade de Posse do novo Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua	Fórum Clóvis Beviláqua
29/01/2013	16h30min	Solenidade de Transmissão de Cargo de Corregedor Geral de Justiça	Corregedoria
05/02/2013	19h30min	Solenidade de Posse Diretor da Esmec	Esmec
22/02/2013	15h	Solenidade de Posse do Presidente da Cejai	Sala de Convivência do TJCE
08/03/2013	9h30min	Debate sobre Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Colégio Deputado Paulo Benevides
15/03/2013	14h30min	Missas em Ação de Graças pela Posse da Desa. Maria Gladys Lima Vieira	Capela do TJCE
20/03/2013	9h às 12h	Reunião Conjunta do TJCE/MP/Defensoria Pública com membros do GTDA (Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Detenção Arbitrária, diplomatas e representantes Governo Federal)	Antigo Pleno
23/04/2013	16h	Reunião com Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ Luciano Losekann sobre Mutirão Carcerário	Antigo Pleno
03/05/2013	15h	Páscoa dos Magistrados	1º Salão do Júri do Fórum Clóvis Beviláqua
11/05/2013		Passeio ao Beach Park	Beach Park
13/05/2013	12h	Missas em Ação de Graças à Nossa Senhora de Fátima, Dia das Mães e Coroação de Maria	Capela do TJCE
14/05/2013	12h	Culto em Ação de Graças ao Dia das Mães	Hall do 1º andar do TJCE
16/05/2013	16h30min	Aposição de fotografias dos ex-presidentes do TJCE	Galeria do TJCE - andar térreo
05/06/2013	9h	Visita de Alunos da EMEIF Dom Antonio Batista Fragozo	TJCE
05/06/2013	10h	Solenidade do dia do Meio Ambiente	TJCE
12/06/2013	14h30min	Palestra da Magistrada Rosália Gomes dos Santos na Escola de Ensino Médio Presidente Humberto Castelo Branco	Escola
13/06/2013	12h	Missas em Ação de Graças pela Posse dos novos Dirigentes do TER	Capela do TJCE
14/06/2013	16h	Solenidade de Posse dos novos Dirigentes do TRE	Pleno do TJCE
17/06/2013	10h	Sessão Pública de escolha de comarcas dos novos Juizes	Antigo Pleno
24/06/2014	10h	Homenagem do TJCE ao Centenário de Luiz Gonzaga e festividades juninas do Poder Judiciário	TJCE
04/07/2013	14h	Solenidade de Posse de 35 Juizes Substitutos em Comarcas do Interior	Pleno do TJCE

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Continuação

Data	Hora	Eventos	Local
09/07/2013	17h	Missa em Ação de Graças pelo Natalício do Des. Suenon Mota	Capela Nossa Senhora de Fátima - TJCE
16/07/2013	10h	Solenidade de conclusão do Curso de Brigadistas do Poder Judiciário cearense	Auditório da Corregedoria
26/07/2013	16h	Solenidade de Posse dos Magistrados Lisete de Sousa Gadelha e Raimundo Nonato Silva Santos como Desembargadores do TJCE	Pleno do TJCE
08/08/2013	16h	Solenidade de Posse do Advogado Paulo Airton Albuquerque Filho como Desembargador do TJCE	TJCE
14/08/2013	17h	Aula-show com Ariano Suassuna	Esmec
02/09/2013		Abertura da Exposição “Os símbolos Oficiais e a construção da identidade nacional”	TJCE
16/09/2013	8h	Abertura do Curso de Mediação e Conciliação no âmbito dos Cartorários	Esmec
19/09/2013	16h30min	Missa em Ação de Graças pelo aniversário natalício do Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz	Capela do TJCE
24/09/2013	14h30min	Palestra do Magistrado Cristiano Rabelo Leitão	Escola EMEIF Profa. Aldaci Barbosa
14/10/2013		Viagem a Crateús – Reunião do Presidente com Magistrados do Interior	Fórum de Crateús
16/10/2013	14h30min	Palestra de Magistrado na EEM Colégio Estadual Liceu do Ceará	Liceu do Ceará
22/10/2013	14h30min	Palestra de Magistrado Cid Peixoto do Amaral na EMEIF Marieta Cals	Colégio
24/10/2013	9h30min	Apresentação do Coral pelo Dia do Servidor Público	TJCE
25/10/2013	9h30min	Comemorações do Dia do Servidor	TJCE
04/11/2013		Viagem a Limoeiro do Norte - Reunião do Presidente com Magistrados do Interior	Fórum Limoeiro do Norte
05/11/2013	9h	Reunião de Trabalho acerca da Implantação do Selo Digital para Cartorários da capital e Região Metropolitana	Auditório da Corregedoria
05/11/2013	14h	Visita de Alunos da EMEIF Marieta Cals	TJCE
11/11/2013		Viagem a Juazeiro do Norte - Reunião do Presidente com Magistrados do Interior	Fórum de Juazeiro do Norte
13/11/2013	12h	Missa em Ação de Graças pela Posse dos Magistrados Mário Parente Teófilo Neto e Maria Edna Martins como Desembargadores do TJCE	Fórum Clóvis Beviláqua
13/01/2013	12h	Missa em Ação de Graças pelo Aniversário Natalício do Des. Francisco Auricélio Pontes	Capela do TJCE
07/02/2014	10h	Entrega do Diploma “Missão Cumprida”	Antigo Pleno
10/03/2014	9h30min	Apresentação do Coral pelo Dia Internacional da Mulher	TJCE, CDI e Corregedoria
13/03/2014	8h às 18h	Curso e Seminário sobre Adoção	Esmec
17/03/2014		Solenidade de Abertura da I Semana Nacional do Juri	Fórum Clóvis Beviláqua
20/03/2014	14h	Visita de 30 Alunos do Master Concursos	TJCE

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Continuação

Data	Hora	Eventos	Local
26/03/2014	9h	Visita de Alunos da EMEIF Professora Aldaci Barbosa	TJCE
26/03/2014	14h	Visita de Alunos da EMEIF Belarmina Campos	TJCE
27/03/2014	14h	Visita de 30 Alunos do Master Concursos	TJCE
15/04/2014	14h30min	Palestra na EEM Liceu de Messejana	Liceu de Messejana
24/04/2014	8h às 17h	VI Seminário sobre Mediação	Esmec
25/04/2014	14h30min	Palestra na EM Aldemir Martins	Escola
26/04/2014	9h às 13h	Páscoa dos Magistrados	CEU
30/04/2014	16h	Solenidade de Lançamento do Livro “Série Direito Vivo Vol. II – Sentenças”	Restaurante dos Desembargadores
08/05/2014	10h	Solenidade em Homenagem ao Dia das Mães	TJCE
20/05/2014	14h30min	Palestra na EEFM Moema Távora	Colégio
28/05/2014	9h	Visita de Alunos da EM Professora Lireda Facó	TJCE
28/05/2014	12h	Missa em Ação de Graças pela Posse dos novos Desembargadores José Tarcílio e Tereze Neumann	Fórum Clóvis Beviláqua - Salão do Juri
29/05/2014	16h	Solenidade de Posse dos Magistrados José Tarcílio Souza da Silva e Tereze Neumann Duarte Chaves	TJCE
30/05/2014	14h30min	Palestra de Magistrados na EM Prof. Antonieta Cals	Escola
06/06/2014	16h	Lançamento do Livro “Série Direito Vivo – Vol. II – Sentenças”	Restaurante dos Desembargadores
09/06/2014	14h	Assinatura de Convênio com Sinduscon	Sala da Presidência
08/07/2014	11h	Assinatura de convênio de cessão remunerada de imóveis do Interior do Estado para a instalação de Cartórios Eleitorais	Sala da Presidência
14/07/2014	14h	Posse da Desa. Maria Edna Martins como Ouvidora Geral do Poder Judiciário	Sala da Presidência
22/07/2014	14h30min	Palestra do Magistrado Yuri Cavalcante Magalhães na EEFM Monsenhor Dourado	EEFM Monsenhor Dourado
19/08/2014	14h30min	Palestra de Magistrado na EEFM General Eudoro Correia	Escola
28/08/2014	10h	Sessão Pública FCC	Antigo Pleno
28/08/2014	15h	Solenidade de instalação do Conselho da Comunidade de Fortaleza	1º Salão do Júri
25/08/2014	13h30min	Cerimônia de entrega do Relatório do III Mutirão Carcerário no Estado do Ceará com Conselheiro Guilherme Calmon	Pleno do TJCE
13/01/2014	12h	Missa em Ação de Graças pelo Aniversário Natalício do Des. Francisco Auricélio Pontes	Capela do TJCE
15/09/2014	8h às 17h	Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (1º Encontro)	Esmec

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Continuação

Data	Hora	Eventos	Local
16/09/2014	14h30min	Palestra de Magistrado em Escola Projeto Amor à vida, Crack não	EEFM Liceu Prof. Domingos Brasileiro
19/09/2014	8h às 17h	Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (2º Encontro)	Esmec
22/09/2014	8h às 17h	Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (3º Encontro)	Esmec
24/09/2014	16h	Julgamento dos Recursos do Concurso para Juiz	Antigo Pleno
26/09/2014	8h às 17h	Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (4º Encontro)	Esmec
26/09/2014	14h30min	Palestra de Magistrado no Projeto Justiça e Cidadania	EM Filgueiras Lima
13/10/2014	12h	Missa em Ação de Graças pela Posse de novas Desembargadoras	1º Salão do Júri – Fórum Clóvis Beviláqua
15/10/2014	16h	Solenidade de Posse das Magistradas Maria de Fátima de Melo Loureiro e Helena Lúcia Soares como Desembargadoras desta Egrégia Corte de Justiça	Auditório Bernardo Machado da Costa Dória (Pleno 1º andar)
21/10/2014	14h30min	Palestra na EEFM Telina Barbosa	Escola (Rua Dr. Pergentino Maia, 811 – Messejana)
29/10/2014	15h	Ato Ecumênico em homenagem ao Dia do Servidor Público	Hall do 1º andar - TJCE
30/10/2014	9h	Apresentação do Coral do TJCE em homenagem ao Dia do Servidor Público	TJCE e Fórum Clóvis Beviláqua
31/10/2014	14h30min	Palestra na EM Dom Antonio de Almeida Lustosa	Escola (Rua Geraldo Barbosa, 3901 – Granja Lisboa)
24/11/2014	8h	Abertura da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
28/11/2014	14h30min	Palestra do Promotor de Justiça Francisco Edson de Sousa Landim na EM José Carvalho	Escola (Rua Clodoaldo Arruda, 1.300 - José de Alencar)
28/11/2014	16h	Solenidade de Encerramento da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
03/12/2014	10h	Prêmio Cidadania Judiciária	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
05/12/2014	10h	Solenidade de entrega da Medalha do Mérito Jurisdicional Desembargador Carlos Facundo - “Valorização do 1º Grau”	Auditório da Corregedoria
10/12/2014	15h	Natal do Poder Judiciário	Hall do 1º andar - TJCE
12/12/2014	14h	Lançamento do Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
15/12/2014		Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua	Pleno do TJCE
17 a 19/12/2014	16h	Lançamento de Livros do Conselho Editorial do TJCE	Hall do 1º andar - TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tabela 49 - Serviços de Floricultura da Assessoria de Cerimonial – Gestão 2013-2015

Data	Eventos	Local
18/01/2013	Inauguração da 22ª JECC Faee/Fafor	JECC
25/01/2013	Missa de Ação de Graças pelo novos dirigentes do TJCE	TJCE
28/01/2013	Posse do Presidente do TJCE	TJCE
05/02/2013	Posse do Diretor da Esmec	Esmec
14/03/2013	Posse da Desa. Maria Gladys Lima Vieira	TJCE
10/04/2013	Velório da Sra. Terezinha Melo	Velório
03/05/2013	Páscoa dos Magistrados	Fórum Clóvis Beviláqua
22/05/2013	Velório da Sra. Eulália Medeiros	Velório
28/06/2013	Velório do Sr. José Lima de Oliveira	Velório
26/07/2013	Velório do Sr. Fco. das Chagas Oliveira	Velório
26/07/2013	Posse da Desa. Lisete e Des. Raimundo Nonato	TJCE
08/08/2013	Posse do Des. Paulo Airton	TJCE
07/08/2013	Abertura do Mutirão Carcerário	Fórum Clóvis Beviláqua
22/08/2013	Velório da Sra. Meyre Augusto	Velório
27/08/2013	Palestra na Esmec	Esmec
14/10/2013	Velório do Des. aposentado Raimundo Hélio de Paiva Castro	Velório
31/10/2013	Velório do Sr. José Humberto Diniz de Freitas	Velório
13/11/2013	Missa no Fórum dos Desembargadores	Fórum Clóvis Beviláqua
14/11/2013	Posse dos Desembargadores Mário Parente e Edna Martins	TJCE
27/02/2014	Funeral da Sra. Maria Helena Cordeiro Cavalcante	Velório
12/05/2014	Funeral da Sra. Leda Maria Granja de Castro	Velório
28/05/2014	Missa em ação de graças pela posse dos novos Desembargadores	TJCE
29/05/2014	Posse dos novos Desembargadores	TJCE
06/06/2014	Lançamento do 2º volume da “Série Direito Vivo Sentenças”	TJCE
05/08/2014	Funeral do Des. Carlos Facundo	Velório
06/10/2014	Funeral da Sra. Maria Goreti de Macedo Sátiro	Velório
04/11/2014	Funeral da Sra. Maria Irma Belfort Cavalcante	Velório
12/11/2014	Posse das Desembargadoras Maria de Fátima Loureiro e Helena Lúcia Soares	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 50 - Serviços de Sonorização da Assessoria de Cerimonial – Gestão 2013-2015

Data	Eventos	Local
25/10/13	Solenidade de encerramento da Semana do Servidor	TJCE
05/11/13	Palestra do Profº Juez Freitas	Esmec
14/11/13	Posse dos Desembargadores Mário Parente e Maria Edna	TJCE
14/03/13	Vídeo-aula realizada pela Seplag e Coges	TJCE
08/05/14	Homenagem ao dia das mães	TJCE
29/05/14	Posse dos Desembargadores Tereze Neumann e José Tarcílio	TJCE
15/10/14	Posse das Desembargadoras Fátima Loureiro e Helena Lúcia	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial



12. VICE-PRESIDÊNCIA

12.1 Introdução

Com as atribuições previstas pela Portaria nº 358/2011, a partir de então, a Vice-Presidência passou a desempenhar novas funções administrativas e judiciais ao compartilhar com a Presidência do Tribunal, dos juízos de admissibilidade, apreciação de providências de urgência, cautelares para concessão de efeito suspensivo, determinar o cumprimento de decisões proferidas etc. Ainda cumpre a esta unidade as disposições relativas à distribuição de processos.

Ademais, tendo em vista a alteração processual inaugurada com a Lei nº 11.672/2008, que criou, para os tribunais superiores o julgamento por amostragem, a Vice-Presidência passou, também, a ter competência para obstaculizar a admissão dos recursos excepcionais e, ainda, proceder ao juízo de conformidade do acórdão impugnado, com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral ou pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso representativo da controvérsia.

Dessa forma, destaca-se o crescimento do acervo processual digital, bem como o quantitativo exacerbado de processos físicos, localizados no Serviço de Recursos Privativos, muitos dos quais sobrestados/suspensos, em aguardo ao julgamento dos temas paradigmas pelos Tribunais Superiores.

Pautando-se em valores institucionais imprescindíveis ao exercício da função jurisdicional, quais sejam: celeridade, transparência, imparcialidade, cooperação e respeito ao jurisdicionado, a Vice-Presidência, sob a administração do Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, envidou esforços para contribuir com o fortalecimento e a eficiência do Poder Judiciário estadual, no que lhe compete.

12.2 Estatística processual

12.2.1 Procedimentos Administrativos

Durante o biênio 2013-2014, o Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva atuou como relator de um total de 14 procedimentos administrativos de competência da Vice-Presidência



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

no Conselho da Magistratura.

12.2.2 Processos Distribuídos e Redistribuídos

Neste biênio foram distribuídos 117.193 processos, dos quais 96.485 foram distribuídos/redistribuídos e outros 20.708 foram transferidos.

12.2.3 Processos Analisados

Durante a atual Gestão, 10.005 processos foram analisados, onde foram proferidos 4.179 juízos prévios de admissibilidade dos recursos constitucionais; 427 despachos de sobrestamento, suspensão do processo, indeferimento, não conhecimento ou retenção do recurso; e, ainda, 5.399 despachos de adoção de providências, redistribuição e mero expediente. A seguir, apresenta-se quadro com maior detalhamento:

Tabela 52 – Processos Analisados pela Vice-Presidência

Processos Analisados	Quantidade
Recursos Especiais	3.019
Recursos Extraordinários	559
Recursos Ordinários	601
Decisões Diversas	427
Despachos de mero expediente	5.399

Fonte: Vice-Presidência

12.2.4 Processos com Pedido de Providência Urgente

Nos termos do art. 39, §10 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foram apreciados 227 pedidos de providência urgente em *Habeas Corpus*, Agravo de Instrumento e Mandado de Segurança. Analisou-se, ainda, 16 Cautelares apresentadas no intuito de atribuir efeito suspensivo aos recursos excepcionais. Segue detalhamento:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

- ix. despachos de mero expediente;
- x. informação mensal ao Conselho Nacional de Justiça acerca da produtividade da unidade;
- xi. informação mensal ao setor competente acerca da produtividade da unidade com relação à da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM);
- xii. atendimento ao público;
- xiii. controle do material de papelaria e copos, na busca por reduzir o seu consumo.

Durante os anos de 2013 e 2014, o Vice-Presidente realizou viagens institucionais, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. De igual forma, em algumas oportunidades assumiu interinamente a Presidência do Tribunal de Justiça. O Desembargador Francisco Lincoln também participou do programa Judiciário em Evidência, oportunidade em que falou sobre a experiência de ocupar a função na atual administração do Tribunal de Justiça estadual e tratou das matérias de competência da Vice-Presidência.

Em virtude da Resolução nº 02/2013, do Órgão Especial, foi criado no âmbito deste Tribunal de Justiça, o Núcleo de Repercussão Geral de Recursos Repetitivos (Nurer).

O núcleo é vinculado à Vice-Presidência e supervisionado por Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, conforme Portaria nº 1.294/2013.

Dentre as funções relacionadas ao Nurer, tem-se a identificação, a catalogação e a atualização dos recursos representativos da controvérsia, bem como o acompanhamento da tramitação dos recursos paradigmas nos Tribunais Superiores. O núcleo compila, ainda, os dados referentes aos recursos sobrestados/suspensos nas Turmas e Colégios Recursais, sem prejuízo de outros mecanismos ou atividades que possam ser criados para possibilitar o gerenciamento dos processos submetidos à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tabela 58 – Informações 2013-2014 (até novembro de 2014)

Informações	Quantidade
Em procedimentos administrativos	3

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 59 - Senhas concedidas junto ao sistema SGEC 2013-2014 (até novembro de 2014)

Senhas Concedidas	Quantidade
Interior	99
Capital	66
Total	165

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

13.2.3 Movimento estatístico relativo aos anos de 2013 e 2014

Dentre as atividades da competência da Divisão de Correições da Corregedoria, estão o recebimento das planilhas estatísticas, por meio do Sistema SGEC, a conferência de dados e a elaboração de relatórios mensais e informações utilizadas na rotina de expedição de documentos, tais como: certidões para magistrados, Relatórios da Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça e os demonstrativos mensais que registram a estatística dos processos e a prestação jurisdicional de juízes de primeiro grau. Destacamos, abaixo, a resenha da Estatística do Biênio 2013-2014:

Tabela 60 – Acervo Processual 1º Grau – 2013

Variável	Cível	Criminal	Total
Total de Processos da Capital	455.145	64.430	519.575
Total de Processos do Interior	446.443	136.971	583.414
Total de Processos	901.588	201.401	1.102.989
Total de Precatórias da Capital	4.926	4.355	9.281
Total de Precatórias do Interior	8.849	8.723	17.572
Total de Precatórias	13.775	13.078	26.853

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tabela 61 – Acervo Processual 1º Grau – 2014 (até outubro)

Variável	Cível	Criminal	Total
Total de Processos da Capital	484.558	66.566	551.124
Total de Processos do Interior	446.799	143.353	590.152
Total de Processos	931.357	209.919	1.141.276
Total de Precatórias da Capital	6.349	5.241	11.590
Total de Precatórias do Interior	11.402	12.185	23.587
Total de Precatórias	17.751	17.426	35.177

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 62 - Prestação Jurisdicional: Sentenças e Precatórias Devolvidas – 2013-2014 (até outubro de 2014):

	Sentenças Cíveis	Sentenças Criminais	Total de Sentenças	Cartas Precatórias Devolvidas Cíveis	Cartas Precatórias Devolvidas Criminais	Total de Cartas Precatórias
Capital	211.082	31.205	242.287	24.732	12.838	37.570
Interior	261.288	82.793	344.081	48.320	38.533	86.853
Total	472.370	113.998	586.368	73.052	51.371	124.423

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 63 - Prestação Jurisdicional: Audiências e Processos Arquivados – 2013-2014 (até outubro de 2014)

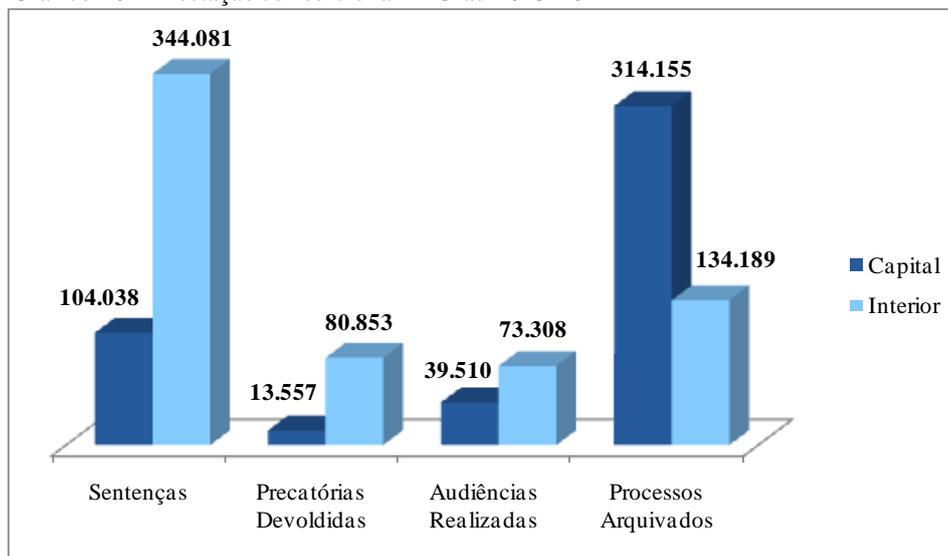
	Audiências Cíveis	Audiências Criminais	Total Audiências	Processos Arquivados Cíveis	Processos Arquivados Criminais	Total Proc. Arquivados
Capital	66.427	33.748	100.175	274.113	40.042	314.155
Interior	115.264	79.249	194.513	272.881	78.061	350.942
Total	181.691	112.997	294.688	546.994	118.103	665.097

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Gráfico 16 – Prestação Jurisdicional 1º Grau 2013-2014



Fonte: Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria/Divisão de Correições-CGJ

Tabela 64 - Prestação Jurisdicional: Despachos – 2013-2014 (até outubro de 2014)

	Cíveis	Criminais	Total
Capital	678.705	168.226	846.931
Interior	921.998	430.267	1.352.265
Total	1.600.703	598.493	2.199.196

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 65 - Prestação Jurisdicional: Decisões Interlocutórias – 2013-2014 (até outubro de 2014)

	Cíveis	Criminais	Total
Capital	130.857	80.163	211.020
Interior	99.336	103.197	202.533
Total	230.193	183.360	413.553

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 66 - Prestação Jurisdicional: Acordos – 2013-2014 (até outubro de 2014)

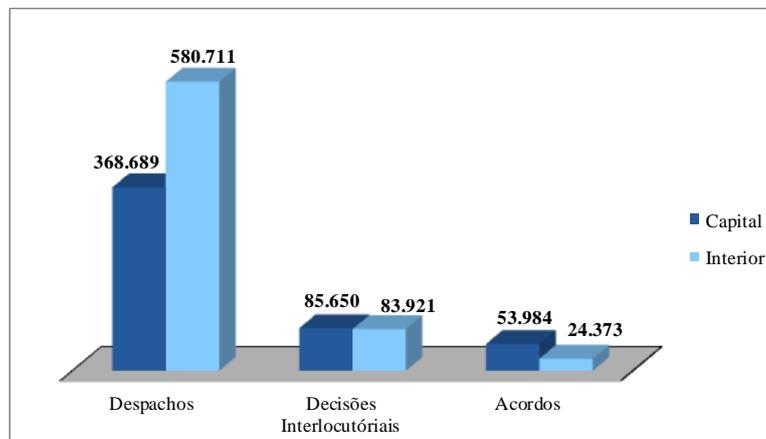
	Cíveis	Criminais	Total
Capital	51.514	2.470	53.984
Interior	48.396	9.814	58.210
Total	99.910	12.284	112.194

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Gráfico 17 – Prestação Jurisdicional 1º Grau 2013-2014 (até outubro de 2014)



Fonte: Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria /Divisão de Correções-CGJ

Tabela 67 – Processos Arquivados, Sentenciados e Total de Processos – 1º Grau – 2013

Processos	Quantidade
Arquivados	355.801
Sentenciados	312.099
Total de Processos	1.298.904

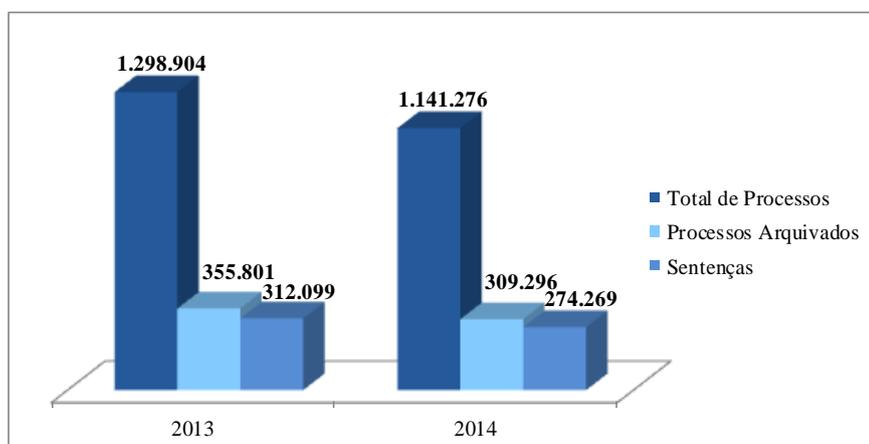
Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 68 – Processos Arquivados, Sentenciados e Total de Processos – 1º Grau – 2014 (até outubro)

Processos	Quantidade
Processos Arquivados	309.296
Sentenças	274.269
Total de Processos	1.141.276

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Gráfico 18 – Processos Arquivados, Sentenciados e Total de Processos – 1º Grau 2013-2014 (até outubro)



Fonte: Sistema SGEC/Divisão de Correções-CGJ



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Estado do Ceará.

Foram normatizados instrumentos que viabilizassem as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, com a inclusão da disciplina de procedimentos, tais como: a Sindicância e o Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Estão envolvidos no projeto em tela a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará e o Tribunal de Justiça do Ceará.

13.3.4 Reestruturação física da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará

O Projeto objetiva reformar o prédio atual da Corregedoria Geral da Justiça, visando à nova estrutura física e de pessoal, garantindo assim, uma infraestrutura adequada para a acomodação dos seus servidores e juízes. A obra está orçada em R\$ 1.532.695,40 e serão ampliados 424,01m².

No pavimento superior da Corregedoria serão construídos cinco gabinetes para os juízes corretores auxiliares e uma sala de apoio. O pavimento inferior contará com sete salas, sendo quatro destinadas aos auditores; uma para a Assessoria Pedagógica, de Comunicação e Tecnologia da Informação; outra para Reunião; e uma para o Apoio. A reforma será promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

As obras tiveram início no dia 24 de novembro de 2014 e os serviços serão concluídos em 120 dias. O projeto envolve a Corregedoria Geral da Justiça do Ceará e as Secretarias de Administração e de Finanças do TJCE.

13.3.5 Inspeções e correções extrajudiciais

No que diz respeito às ações relacionadas às inspeções e correções extrajudiciais, efetivou-se o planejamento destes procedimentos nas diversas serventias extrajudiciais do Estado, com levantamento de dados para seleção de amostras, em que foram considerados a materialidade e os riscos identificados, sendo observados, neste processo, os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, transparência e moralidade.

Nessa perspectiva, todas as ações de fiscalização e orientação realizadas nos diferentes cartórios foram pautadas pelo padrão ético, consubstanciado, principalmente, nos relatórios



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

produzidos, os quais traduzem o sentido pedagógico de, após a constatação de uma eventual irregularidade, informar e prestar os esclarecimentos pertinentes aos respectivos tabeliães, conduzindo-os às correções e aos acertos norteados pelas normas reguladoras, com o objetivo de tornar mais célere, eficiente, transparente e revestida da necessária segurança jurídica a prestação extrajudicial à sociedade.

Coube à Auditoria, dentre outras atribuições, o exame da regularidade dos recolhimentos efetuados pelos cartórios ao Fermoju e da conformidade dos procedimentos adotados na prestação do serviço notarial e ou registral. No biênio 2013-2014, foram inspecionadas 419 serventias extrajudiciais, correspondendo à cobertura de 62% das 675 unidades extrajudiciais atualmente ativas.

13.3.6 Portal Extrajudicial (PEX)

Por meio do Provimento nº 10/2013-CGJ/CE, a Corregedoria Geral da Justiça implantou e disciplinou a utilização do Portal Extrajudicial (PEX) pelas serventias extrajudiciais do Estado, com o objetivo de otimizar a remessa de documentos/informações e agilizar a atualização dos dados cadastrais das unidades, com considerável redução de custo de impressão e de postagem, contribuindo, assim, com a sustentabilidade ambiental.

A ferramenta, que funciona como canal de comunicação entre os cartórios, o Tribunal de Justiça do Ceará, a Corregedoria e o Fermoju, faz parte do programa de virtualização do Judiciário cearense.

Uma das funções do Portal é gerenciar o encaminhamento de expedientes das varas e outras instituições públicas, referentes às demandas sobre bens e demais serviços cartorários. Por meio da ferramenta, os representantes das serventias extrajudiciais também terão acesso aos atos normativos (portarias, resoluções, provimentos, avisos) e os usuários poderão consultar endereços de cartórios, nomes dos responsáveis e portarias referentes às inspeções.

Dessa forma, o PEX visa promover a comunicação adequada, segura, célere e não onerosa entre a Corregedoria e os cartórios, solucionando com maior rapidez as demandas do público. O sistema convergirá, nas próximas versões, para também se tornar meio de acesso integrado aos demais sistemas de controle extrajudicial.

A fase de validação dos dados do PEX, necessária para liberação de todas as



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

funcionalidades desenvolvidas para a ferramenta, está sendo concluída. Ao todo, foram três meses de trabalho, que contou também com a participação de servidores do Fermoju e da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJCE. O acesso ao sistema está disponível no portal da Corregedoria.

13.3.7 Selo extrajudicial digital

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, em parceria com a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, vem realizando as ações de implantação do selo digital junto às serventias extrajudiciais do Estado do Ceará, com o objetivo de promover maior agilidade, transparência e segurança na autenticação e na validação de documentos, bem como melhor controle acerca da utilização dos selos pelo TJCE.

A iniciativa consiste na virtualização dos selos extrajudiciais impressos em papel adesivo, o que permite redução de custos para o Tribunal e maior segurança na conferência dos atos extrajudiciais praticados. A iniciativa disponibilizou para a sociedade a possibilidade de obter informações e confirmar a autenticidade do selo utilizado nos atos lavrados, apenas acessando o site www.tjce.jus.br/fermoju. Os dados ficarão disponíveis 24 horas.

O selo digital está sendo implantado nas serventias extrajudiciais de Fortaleza e será implementado, gradativamente, nas demais unidades do Estado.

13.3.8 Malote digital inserindo as serventias extrajudiciais

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará regulamentou a utilização do sistema *Hermes Malote Digital* pelas serventias extrajudiciais do Ceará, mediante o Provimento nº 11/2013-CGJ/CE, integrando, assim, as unidades extrajudiciais alencarinas com os demais órgãos do Judiciário e do Extrajudiciário nacional, de forma a viabilizar a comunicação de forma eficiente, rápida, segura e com pequeno custo. A CGJ, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, implementou e vem assegurando os cadastros dos cartórios no aludido sistema.

13.3.9 Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado do Ceará

O Código de Normas das Serventias Extrajudiciais do Estado do Ceará é um ato



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

normativo interno de competência do corregedor geral da Justiça, expedido por meio de Provimento, que compila todos os procedimentos referentes aos notários, registradores e distribuidores das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará. O Código assume a tarefa de uniformizar os procedimentos necessários a uma prestação de serviço notarial mais célere e eficiente.

Vários foram os provimentos expedidos pela Corregedoria Geral para regulamentar os atos praticados pelas serventias extrajudiciais nos últimos anos, contudo, a última atualização do Código de Normas datava de 2010, necessitando, assim, de uma reforma. A atualização fazia-se necessária, ainda, tendo em vista os novos modelos e procedimentos adotados em todo o país, bem como a expedição de vários atos normativos pelo Conselho Nacional de Justiça, pela Corregedoria Nacional de Justiça, dentre outros.

Neste sentido, verificando a necessidade de atualização do Código de Normas, a gestão do biênio 2013-2014, atualizou-o e reativou-o como Norma Magma para a condução de procedimentos internos. Impende ressaltar que a elaboração do referido Código contou com a colaboração do desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho, especialista na matéria extrajudicial.

O Código de Normas das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará atualizado foi lançado no dia 12 de dezembro, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

13.3.10 Revisão e otimização das atividades de controle desenvolvidas internamente

A Auditoria da CGJ reformulou os processos e atividades internas, bem como aprimorou as ferramentas e revisou seus objetivos e prioridades, buscando o alcance das metas institucionais estabelecidas.

13.3.11 Revisão e manualização dos procedimentos de fiscalização junto às serventias extrajudiciais

A Auditoria da CGJ procedeu com manualização dos procedimentos de fiscalização e revisão dos papéis de trabalho, com a implantação de questionários específicos e outros formulários aplicados durante os trabalhos de fiscalização junto às serventias extrajudiciais, tudo em consonância com o planejamento prévio baseado nos riscos conhecidos.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

13.3.12 Serviços inspecionais judiciais

Visando dar cumprimento ao disposto na Meta de Nivelamento 3/2014 das Corregedorias, que consiste em realizar, anualmente, correições ordinárias ou extraordinárias, presenciais ou remotas, em pelo menos 34% das unidades judiciais, com entrega de relatório conclusivo em até 30 dias após o término da inspeção, a Corregedoria Geral da Justiça do Ceará inspecionou, em 2014, um total de 142 unidades judiciais, sendo 124 inspeções ordinárias previstas no cronograma anual e 18 inspeções extraordinárias, de um universo de 413 unidades judiciais efetivamente instaladas no início de 2014. Em 2013, foram inspecionadas 125 unidades judiciais. Assim, o biênio 2013-2014 inspecionou um total de 267 unidades.

13.3.13 Mutirões processuais

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará realizou, ao longo dos anos de 2013 e 2014, sete mutirões processuais nas seguintes comarcas: Icó, Várzea Alegre, Mauriti, Crateús, Senador Pompeu, Juazeiro do Norte e Acopiara.

Referidas forças-tarefas tiveram como objetivo a redução do congestionamento processual no 1º grau de jurisdição, de forma a promover a diminuição dos transtornos ocasionados às populações locais. Os mutirões foram supervisionados pelo Corregedor Geral, Desembargador Francisco Sales Neto, e contou com o auxílio de mais de dez magistrados. Os trabalhos movimentaram um total de 13.133 processos.

13.3.14 Elaboração de minutas de provimentos, portarias, despachos e outros atos

Na realização dessas atividades, a Assessoria Jurídica da Corregedoria Geral da Justiça, no biênio 2013-2014, foi responsável pela expedição de cerca de 8.800 minutas de despachos, ofícios e decisões, bem como pela emissão de 31 pareceres jurídicos sobre as mais diversificadas matérias jurídicas de interesse social, dos quais se destacam aquele que fixou as atribuições extrajudiciais para a elaboração de contratos marítimos no Estado e o que versou sobre a possibilidade de registro de títulos de domínio pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (Idace). Ainda no auxílio das funções correccionais, a Assessoria Jurídica da Corregedoria



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Geral da Justiça foi responsável pela produção de 12 votos.

Além disso, a Assessoria foi responsável pela elaboração das minutas de dez provimentos normativos expedidos pela Corregedoria Geral da Justiça no biênio sob referência, com destaque para os que dispuseram acerca da dispensa de expediente de trabalho de indivíduos investidos na função de jurados nas sessões de julgamento no Tribunal de Justiça do Ceará (Provimento n.º 01/2013); da lavratura de escritura pública de declaração de convivência de união estável homoafetiva e sua conversão em casamento (Provimento n.º 02/2013); do assento de nascimento de indígena no registro Civil de Pessoas Naturais (Provimento n.º 06/2013); e sobre o funcionamento do colegiado de que tratam a Lei Federal nº 12.694, de 24 de julho de 2012 (Provimento nº 05/2014).

13.3.15 Relatórios estatísticos

A Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça elaborou e executou, pela segunda vez (a primeira no ano de 2013), projeto visando a estimular as unidades judiciárias de 1º Grau a potencializarem a prestação jurisdicional. O projeto consiste na elaboração de relatórios estatísticos contendo a produtividade mensal de cada unidade jurisdicional, relativos ao primeiro semestre de 2014, combinado com tabelas e gráficos originados a partir dos dados contidos nos relatórios estatísticos enviados pelas unidades à Corregedoria por meio do sistema SGEC.

Objetivando ser um referencial aos juízes para autoavaliação da prestação jurisdicional, referidos relatórios foram enviados às comarcas do interior e de Fortaleza, inclusive às comarcas/varas vagas, para que os juízes titulares, ou em respondência em razão de vacância, adotem medidas que viabilizem promover o efetivo acréscimo da prestação jurisdicional e a redução dos processos paralisados, através de análise dos fatores que contribuíram para o resultado, seja ele satisfatório ou não.

13.3.16 Conselho da Comunidade

A Lei de Execução Penal nº 7.210/84 estabeleceu que, em cada comarca, o juiz da Execução Penal deve compor, instalar e acompanhar o funcionamento do Conselho da Comunidade, cabendo aos seus integrantes visitar mensalmente os estabelecimentos e serviços penais existentes



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

na comarca, dentre outras atribuições. O Conselho Nacional de Justiça expediu a Resolução nº 47/2007, determinando aos juízes de execução penal que realizassem pessoalmente inspeção mensal nos estabelecimentos penais, bem como compusessem e instalassem referido Conselho.

Uma das atribuições da Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça consiste em manter um banco de dados sobre o Conselho da Comunidade de cada Comarca. Para tanto, regularmente são solicitadas aos juízos competentes informações atualizadas sobre a instalação e o funcionamento dos Conselhos. Como forma de dar maior agilidade à captação dessas informações, foi implementado no formulário criminal do Sistema de Estatística item específico sobre o pleno funcionamento do Conselho na Comarca, o qual deverá ser informado a partir do envio referente ao mês de outubro do corrente ano.

13.3.17 *Correições internas permanentes*

Compete aos juízes de 1º Grau a correição permanente das secretarias de suas varas, nos termos do artigo 102, do Código de Divisão e de Organização Judiciária do Estado do Ceará. De forma complementar, a Corregedoria Nacional de Justiça, por meio da Recomendação nº 12/2013 e, visando por em prática medidas de organização de trabalho nas unidades judiciais, recomendou a todos os magistrados de 1º Grau que inspecionassem as suas unidades judiciais, com periodicidade não superior a um ano, a fim de que verifiquem o cumprimento de vários itens descritos no ato em alusão.

Nesse contexto, como forma de promover o aumento das inspeções internas e a sua incorporação à rotina de atividades dos magistrados de 1º grau, foi desenvolvido, pela Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça, um controle das inspeções internas realizadas pelas unidades judiciais durante o ano de 2014, por meio de comunicações eletrônicas e publicações no Diário da Justiça eletrônico.

13.3.18 *Projeto Certidão On line “Nada Consta”*

Trata-se do desenvolvimento de uma funcionalidade junto ao Sistema CPA, ou outro em uso na Corregedoria Geral da Justiça, que emita certidão *on line*, informando se há procedimento administrativo relacionado a magistrado ou servidor (representação, reclamação, denúncia, pedido



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

de providências, carta precatória) em tramitação na Corregedoria, bem como o registro da última movimentação do procedimento. O projeto encontra-se na fase inicial e envolve a Divisão de Correições da CGJ e a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE.

13.3.19 Criação do módulo de perfil das unidades judiciárias junto ao sistema Eficiência.jus

Trata-se da criação de um módulo, junto ao Sistema Eficiência.Jus, visando a registrar informações das unidades judiciárias do Estado do Ceará, conforme as orientações contidas no Cojece e as necessidades internas desta Corregedoria Geral da Justiça, tais como: juízes que atuaram na unidade, data de inspeções/correições, informações contidas nos formulários Fiva/Ficovi etc. O projeto encontra-se em fase inicial e envolve a Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE.

13.3.20 Projeto Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento

Por meio do Provimento nº 13/2009, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu as diretrizes básicas do projeto em tela, tendente a disciplinar a emissão da certidão de nascimento e da primeira via da certidão respectiva nas unidades hospitalares de todo o País.

Consoante previsão constante do citado ato normativo, o registro de nascimento e a emissão da primeira via da certidão seriam feitos na própria unidade hospitalar, mediante contato com o cartório de registro civil, por meio de sistema de informática via rede mundial de computadores.

Foram então encetadas diversas medidas em todas as comarcas do Estado do Ceará, capitaneadas pela Corregedoria, sendo que, em maior ou menor proporção, dependendo da comarca, criou-se a consciência no sentido de garantir ao nascituro o direito básico à identificação civil. Magistrados, servidores do Poder Judiciário, das Prefeituras, das Secretarias de Desenvolvimento, Trabalho e Ação Social e da Secretaria de Saúde, além dos cartorários, uniram-se com o firme propósito de levar a diante um programa de tamanha repercussão social.

Em reunião realizada na sede da Corregedoria Geral da Justiça, no dia 26 de março de 2014, onde estiveram presentes representantes da Corregedoria Geral de Justiça, da Secretaria de



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Desenvolvimento, Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará (SDTS) e da Secretaria de Saúde (SESA), foi feita avaliação geral a respeito da atual situação do Projeto, tendo a Secretaria de Saúde informado que este teria sido encerrado no âmbito do Governo Estadual, inclusive, com prestação de contas dos recursos aplicados.

Ainda por ocasião do encontro, restou decidido que a Corregedoria Geral da Justiça entraria em contato com os juízes das comarcas do Interior, para que estes informassem se a Unidade Interligada (UI) estava funcionando normalmente, conectando as serventias extrajudiciais, qual sistema estaria sendo utilizado, se houve convênio para a instalação da Unidade e se a Unidade Interligada havia sido cadastrada no Sistema Justiça Aberta do CNJ.

Em face dessa situação, ao longo do biênio, foram mantidos contatos com os Juízes das comarcas do Interior, obtendo-se os resultados relatados a seguir.

As comarcas de Crato e Tianguá efetuaram reuniões para implantação do Projeto, tendo, inclusive, recebido o kit específico. As unidades de Lavras da Mangabeira, Horizonte, Beberibe, Boa Viagem, Ibiapina, Cedro, Morada Nova, Quixadá e Quixeramobim vêm observando o Projeto e chegaram a celebrar convênio entre os respectivos cartórios e hospitais. A Comarca de Itapiúna não implantou o Projeto, porquanto não dispõe de maternidade.

As unidades de Araripe, Irauçuba, Brejo Santo, Várzea Alegre e Paracuru sinalizaram no sentido de não possuírem interesse na implantação do Projeto, seja por baixo número de nascimentos ou limitação de ordem financeira.

Em algumas comarcas, os kits não foram recebidos, ou, se recebidos, não foi instalada a Unidade Interligada, dentre elas: São Gonçalo do Amarante, Russas, Aquiraz, Salitre, Canindé, Juazeiro do Norte, Santana do Acaraú, Cruz, Jaguaribe, Ipu, Mucambo, Ipueiras, Redenção, Itarema, Marco, Viçosa do Ceará, Pereiro, Pacajus, Nova Russas, Tamboril, São Benedito, Itapipoca, Missão Velha, Maranguape, Mauriti e Aurora. Em algumas delas, um servidor do cartório se desloca até o hospital e efetua os registros de nascimento.

As demais comarcas, no total de 141, foram contatadas pela Corregedoria, estando as mesmas em processo de implantação do Projeto.

13.3.21 Projeto Pai Presente

O Projeto Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça e



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

implementado em todo o País, objetiva estimular o reconhecimento da paternidade de pessoas sem esse registro.

Conforme o CNJ, a declaração de paternidade pode ser feita espontaneamente pelo pai ou solicitada por mãe e filho. O sistema denominado Coletor Estatístico do Projeto Pai Presente – CEPP, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, monitora mensalmente os resultados do Projeto, a partir dos dados informados pelos módulos jurisdicionais.

No Estado do Ceará, as unidades do interior e algumas varas da capital (Família, Infância e Juventude e Registros Públicos) recebem mídias digitais com a lista de alunos que não têm paternidade conhecida em seus registros de nascimento, remetidas pelo Censo Escolar e já readequadas por circunscrição judiciária. Com isso, são promovidas as medidas necessárias à intimação dos supostos pais, os quais comparecerão em Juízo para firmarem, ou não, a paternidade reclamada.

No biênio 2013-2014 obteve-se os seguintes resultados: 1.293 reconhecimentos voluntários, 253 reconhecimentos a partir de exames de DNA e 1.874 não atenderam ou negaram a paternidade. Perfizeram “outros casos” o total de 11.084.

13.3.22 Política Institucional do Poder Judiciário na Utilização dos Recursos Oriundos da Aplicação da Pena de Prestação Pecuniária

Consiste, em suma, na adoção de medidas em âmbito estadual para o cumprimento do que é determinado na Resolução nº 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece que os valores oriundos de prestações pecuniárias aplicadas em substituição à prisão, ou ainda como condição para a suspensão condicional do processo ou transação penal, sejam recolhidos em conta judicial vinculada ao respectivo Juízo da execução, movimentados apenas por meio de alvará judicial e destinados, preferencialmente, a entidades públicas ou privadas com finalidade social, previamente conveniadas.

Foi apresentada à Presidência do Tribunal de Justiça uma minuta de resolução a ser editada pelo Órgão Especial que condensa regras da Resolução nº 154/2012 e do Provimento nº 21/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça, tomando por base, ainda, regulações sobre o mesmo tema, criadas pelos Tribunais de Justiça dos Estados do Rio Grande do Norte (Provimento nº 99, de 7 de dezembro de 2012), São Paulo (Provimento CG nº 01/2013) e de Minas Gerais (Provimento



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Conjunto nº 27/2013).

Resguarda-se, em privilégio das expressas previsões dos normativos editados pelo CNJ e pela Corregedoria Nacional, a determinação de que as transferências de recursos estejam condicionadas à assinatura de convênio entre a entidade beneficiária e o Tribunal de Justiça, evitando-se a prática do mero “credenciamento” da entidade perante a unidade gestora. Neste tocante, a minuta contempla, com adaptações, regras semelhantes às atualmente em vigor no âmbito do Poder Executivo Estadual para a formalização de convênios, constantes da Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012, bem assim do Decreto nº 31.406, de 29 de janeiro de 2014, notadamente quanto aos requisitos necessários para que sejam formalizados os pactos.

Atentou-se, ainda, para o que foi decidido pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça nos autos da Consulta nº 0006364-95.2012.2.00.0000, em especial a necessidade de que as unidades gestoras tomem as contas das entidades beneficiárias e as prestem ao Tribunal de Justiça, e este, por seu turno, as encaminhe ao Tribunal de Contas. Diante do que manifestado em discussões conduzidas pela Corregedoria Geral com juízes e da atuação nas unidades dos Juizados Especiais da Comarca da Capital, a minuta de resolução prevê a concentração do recolhimento dos recursos oriundos de decisões aplicadas no âmbito do Foro Criminal em Fortaleza na Vara Única de Penas Alternativas, dispensando-se as demais da abertura de conta bancária para recolhimento de recursos.

O documento foi encaminhado ao exame da Presidência do Tribunal de Justiça e aguarda deliberação sobre sua submissão ao crivo do Órgão Especial.

13.3.23 Grupo de trabalho para a implementação do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)

Referido Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria nº 1367/2011, é supervisionado por um juiz corregedor e, dentre suas atribuições, está a de coordenar e fiscalizar o cumprimento da Resolução nº 137/2011, do Conselho Nacional de Justiça, oferecendo apoio técnico e operacional aos magistrados encarregados da expedição de mandados de prisão.

Dentre as principais medidas adotadas pelo Grupo, destaca-se o levantamento, ainda em curso, junto à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, notadamente a Delegacia de Capturas, de todos os mandados de prisão em aberto cadastrados no sistema do órgão, permitindo a oportuna conferência da higidez dos dados pelos respectivos Juízos expedidores e a atualização dos



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

mandados, com o devido cadastramento no Banco Nacional, mantido no site do CNJ.

O Provimento nº 09/2013 da Corregedoria Geral, de 30 de abril de 2013, fixou o prazo de seis meses para que todas as unidades judiciárias cadastrem no BNMP os mandados expedidos anteriormente à entrada em vigor do ato normativo e ainda não cumpridos, o que tem sido inspecionado pela CGJ. O último levantamento compartilhado entre os integrantes do Grupo de Trabalho do BNMP, relativos a agosto de 2014, apontavam mais de onze mil mandados de prisão cadastrados pela Justiça Estadual do Ceará, enquanto em abril de 2013 esse número era de aproximadamente cinco mil.

13.3.24 Grupo de trabalho para implementação da Central Integrada de Apoio à Área Criminal (CIAAC), instituído pela Portaria nº 1706/2012

A instituição da Central Integrada de Apoio à Área Criminal é fruto do Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2012-TJCE-SEJUS-SSPDS, que contou com a interveniência da Corregedoria Geral da Justiça e busca oferecer um serviço integrado, no âmbito do Fórum Clóvis Beviláqua, para o intercâmbio de informações de interesse recíproco na área criminal, otimizando, dentre outras tarefas, o cumprimento de alvarás de soltura.

A instituição da CIAAC foi formalizada por meio da Portaria nº 58/2013, do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua e seu funcionamento foi iniciado no dia 13 de junho de 2013.

Contando com a atuação de servidores do Tribunal de Justiça, da Sejus e da SSPDS, a Central executa, dentre outras atribuições, as consultas necessárias ao cumprimento dos alvarás de soltura, conforme previsto no art. 4º do citado normativo, e opera com um fluxo automatizado de processos desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação, garantindo maior controle, confiabilidade e segurança na execução da soltura dos presos custodiados pelo sistema prisional do Estado do Ceará. A CIAAC substituiu a Central de Localização de Presos e está atuando, nesta primeira fase, através de projeto piloto que envolve a 4ª e a 6ª Varas Criminais, tendo, ainda, a atribuição quanto ao cumprimento de requisições de réus presos para comparecimento ao Fórum, a fim de participar dos diversos atos processuais, expedidas por todos os Juízos com competência criminal da Capital.

O Grupo de Trabalho deliberou, em 2014, estender a utilização da CIACC, quanto ao cumprimento de alvarás de soltura, para as cinco Varas do Júri da Comarca de Fortaleza.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

As ações da CIAAC estão abrangidas, ainda, pelo Convênio de Cooperação Técnica nº 020/2011, de 1º de novembro de 2011, entre o Estado do Ceará (mediante interveniência das Secretarias de Justiça e de Segurança Pública) e o Tribunal de Justiça, para o fim de propiciar o compartilhamento de informações entre os partícipes e uma melhor execução das respectivas atividades, o qual fundamenta o desenvolvimento do Projeto Integrajus, cujas ações estão sendo acompanhadas, no âmbito deste Tribunal, pela Secretaria de Tecnologia da Informação e pela Corregedoria Geral da Justiça.

13.3.25 Representação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão de Organização do Ciclo Permanente para Difusão de Boas Práticas Judiciárias e Administrativas da Justiça Estadual

Desenvolvido mediante parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), o Ciclo Permanente para Difusão de Boas Práticas Judiciárias e Administrativas da Justiça Estadual passa a ser realizado anualmente e pretende estreitar relação entre os órgãos, propiciando o aprimoramento das atividades de formação inicial e continuada de magistrados, a melhoria da qualidade técnica e ética da prestação jurisdicional e das atividades administrativas, bem como a facilitação dos trabalhos de correição e fiscalização.

13.3.26 Representação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE

A participação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico possibilitou a aprovação de importantes projetos estratégicos de interesse do órgão, destacando-se os que preveem a adequação do quadro funcional e a reestruturação das instalações físicas, esta já iniciada e com previsão de término para março de 2015, conferindo à CGJ a infraestrutura necessária para atender ao aumento da demanda ocorrido nos últimos anos.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

13.3.27 Representação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação do IV Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos

Instituída pela Portaria nº 07/2013, do diretor da Esmec, a Comissão Multidisciplinar tem a finalidade de acompanhar, supervisionar e orientar a avaliação de magistrados durante a realização do IV Curso de Formação Inicial de juízes substitutos, o qual foi encerrado em abril de 2014.

13.3.28 Gestão de metas institucionais do Plano Estratégico do TJCE 2010-2014

As metas do Plano Estratégico do Tribunal de Justiça em que a Corregedoria Geral da Justiça figura como gestora dizem respeito à redução da taxa de congestionamento e ao aumento da produtividade dos magistrados de 1º Grau e dos Juizados Especiais. Tais metas passaram por revisão durante o ano de 2013. Além disso, de acordo com a Meta 7 de 2013 das Corregedorias Estaduais, fixada durante o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, incumbe à CGJ, em relação ao primeiro grau, monitorar, permanentemente, o cumprimento de 100% das metas do Poder Judiciário.

13.3.29 Desempenho da função de Juiz Cooperador do Interior e de membro do Comitê Estratégico do Poder Judiciário

O Juiz Cooperador do Interior integra o Núcleo de Cooperação Judiciária do TJCE, nos termos da Portaria nº 1.548/2014, promovendo o estreitamento de relações do Poder Judiciário Estadual com outros órgãos judiciais. Nessa qualidade, o Juiz Cooperador tem assento, ainda, no Comitê Estratégico do Poder Judiciário, que se reúne periodicamente para examinar o alcance das metas nacionais e institucionais.



14. OUVIDORIA GERAL DA JUSTIÇA

14.1 Introdução

A Ouvidoria Geral atua no atendimento ao público externo e interno, com atribuições básicas voltadas ao atendimento pessoal (presencial) e virtual. O atendimento presencial é feito diretamente na Ouvidoria, com o registro da manifestação pelo cidadão em formulário apropriado, podendo ter pronto atendimento ou receber resposta após os encaminhamentos realizados pela Ouvidoria. Quanto ao atendimento virtual, em regra é feito pelo *e-mail* da Ouvidoria Geral, disponibilizado no Portal do TJCE na *internet*, ocasião em que os atendentes procedem consultas diárias aos e-mails, resolvendo as demandas com informações já disponíveis ou providenciando o encaminhamento das demandas remanescentes em busca de respostas aos manifestantes. Os assuntos demandados são os mais diversos (reclamação, sugestão, crítica, pedido de informação, agradecimento e outros), registrando-se maior incidência nas questões relacionadas à falta de movimentação processual.

No biênio de 2013 e 2014, sendo este último ano com registro até o mês de outubro, contabilizou-se 8.259 demandas. Os resultados vêm trazendo satisfação ao usuário e demonstrando uma Ouvidoria proativa, garantindo ao cidadão pleno exercício da sua cidadania perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com crescente credibilidade na comunidade local. Nesse sentido, havendo sido apresentado maior número de agradecimentos e elogios, firmou-se a Ouvidoria Geral como um canal direto de acessibilidade à sociedade, elevando o conceito dos serviços prestados pelo Tribunal.

Junto a Ouvidoria Geral funciona também o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela Portaria nº 980/2012, cuja expedição deu-se pela necessidade de se cumprir a Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527) e atender à Recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constante do Ofício-Circular Nº 221/2012.

Ainda no campo de ação da Ouvidoria Geral, podemos citar o encaminhamento de projeto que tem por objetivo a estruturação do órgão, com a sugestão de encaminhamento de Projeto de Lei para criação de cargos comissionados.



14.2 Ações e projetos

Por iniciativa da Ouvidoria Geral, foi encaminhado, em outubro de 2013, à Presidência deste Tribunal, proposta de projeto de estruturação da Ouvidoria Geral, denominada PPJSOU2013001 - Estruturação da Ouvidoria Geral. O Projeto tem como objetivo, dentre outros, de regulamentar, por Regimento Interno, os procedimentos da Ouvidoria Geral. O presente projeto encontra-se em fase de readequação tendo em vista a Resolução nº 184 do CNJ.

No decorrer do ano de 2013, desenvolveu-se, ainda, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o Sistema de Ouvidoria Geral (SIOGE/SIC), que funcionará no sítio eletrônico do TJCE na rede mundial de computadores e atenderá, via sistema, as manifestações da Ouvidoria Geral e do Serviço de Acesso à Informação. O SIOGE/SIC foi aprovado pelo Órgão Especial deste Tribunal no dia 13 de março de 2014, atualmente aguardando publicação a cargo da Secretaria Geral.

Também faz parte do campo de atuação da Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela Portaria nº 980/2012, cuja competência subsume-se aos ditames da Lei nº 12.527/2011 (LAI) e da Lei Estadual Nº 15.175. As atividades do SIC são delegadas a um grupo de servidores, coordenados por um servidor da Ouvidoria, com o auxílio de mais dois servidores, que juntos integram o Grupo de Auxílio ao Atendimento à Lei de Acesso à Informação, instituído pelo Provimento nº 20/2012. Os pedidos de informações feitos pelo SIC são direcionados ao citado Grupo, que os analisam, prestam as informações, ou, se for o caso, dão os encaminhamentos necessários na busca da informação requestada, obedecendo-se os prazos instituídos nos citados normativos.

No biênio observado, a Ouvidoria Geral atendeu 8.259 demandas, com encaminhamento de todas e com quase 100% de resolutividade, o que evidencia resultado positivo e a proatividade do órgão. No entanto, mesmo diante dos resultados alcançados, é necessário apontar algumas situações que devem ser enfrentadas em prol da melhoria e estabilidade dos serviços prestados pela Ouvidoria Geral, sobretudo no que atine ao número crescente de demandas.

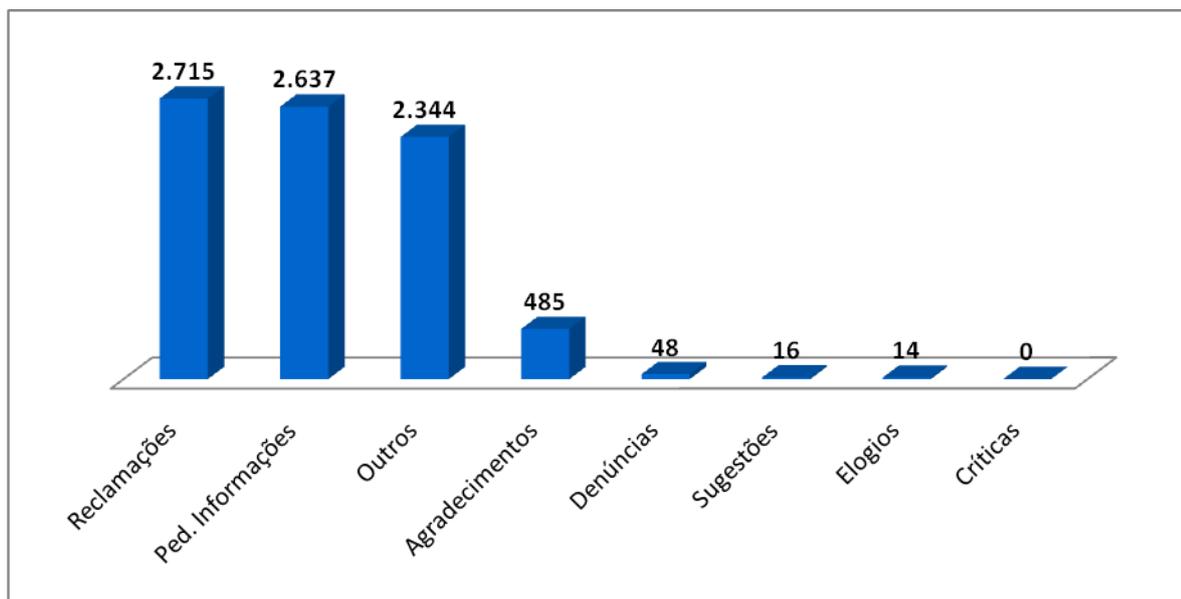
Cumprir destacar, ainda, que os servidores da Ouvidoria Geral, por iniciativa própria, participaram de cursos, palestras e treinamentos, em especial, cursos direcionados a Ouvidorias Públicas.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

No campo dos avanços, pode-se destacar não só a crescente quantidade de demandas e suas respectivas soluções, mas também a melhoria na qualidade do atendimento, o que é aferido pela maior satisfação dos usuários que em diversas situações retornam a Ouvidoria com agradecimentos e elogios aos serviços prestados.

Gráfico 19 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria



Fonte: Relatório Estatístico da Ouvidoria Geral



15. ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

15.1. Introdução

No decorrer do biênio 2013-2015, a Gestão da Escola Superior da Magistratura do Estado Ceará (Esmec), sob direção do Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, procurou aprimorar os objetivos institucionais da Escola, sobretudo no tocante à formação e ao aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário estadual. Para tanto, várias ações foram desenvolvidas no período.

Foi realizado o IV Curso de Formação Inicial para Juízes Substitutos, com um número recorde de 45 magistrados inscritos. Em relação à turma anterior, foi dobrada a carga horária do curso, que também inovou ao adotar o acompanhamento, por parte de juízes formadores, das atividades práticas dos novos juízes nas comarcas.

O auditório da Esmec acolheu convidados de renome nacional e até internacional, com públicos recordes, como nos casos das palestras do escritor Ariano Suassuna, do jurista português Jorge Miranda e do psiquiatra Augusto Cury, dentre outras.

Além de concorridas palestras, congressos, seminários, lançamento de livros e outros eventos realizados na Escola, foram ofertados vários cursos de curta duração, a maior parte credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, oportunidade em que foram debatidos temas atuais e de suma importância para os profissionais do Direito, tais como: Gestão de Pessoas e Processos, Administração Judiciária, Seguro Dpvt, Dosimetria da Pena, Improbidade Administrativa, Direito da Infância e da Família, Adoção, Direito Registral e Imobiliário, novo CPC, Mediação e Solução de Conflitos, dentre outros.

Dentre outros resultados obtidos na Gestão 2013-2015, destacam-se, ainda: o lançamento de quatro edições da revista científica Themis, regularizando-se a sua periodicidade; a ampliação substancial do acervo da Biblioteca da Escola; a realização de reformas no prédio da Escola e a aquisição de novos móveis e equipamentos, com destaque para a modernização dos sistemas informatizado (computadores, *no-breaks*, *rack* e cabeamento) e o início ao processo de virtualização das rotinas da Esmec, com a criação do Sesmec.

A preocupação com a inclusão social foi também outra marca da Administração, quando foram distribuídos alimentos e ofertados cursos para a comunidade do Dendê.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Outra política adotada diz respeito à interiorização das atividades da Escola, com a criação dos Polos de Aprendizagem da Esmec nas cidades de Crato, Iguatu, Sobral e Crateús.

Oportuno destacar, de igual forma, a assinatura de Convênios de Cooperação Técnica com a Escola Nacional da Magistratura (ENM), com a Associação Cearense de Magistrados (ACM), com a Universidade Regional do Cariri (Urca) e com a Rede de Escolas de Governo.

15.2. Ações e projetos

Segue a relação de projetos do biênio 2013-2014:

Tabela 69 – Projetos Esmec

Educação a distância em parceria	
Objetivo	Ofertar quatro turmas, com vinte vagas cada, em seis cursos de aperfeiçoamento, na modalidade a distância, durante 2013 e 2014, nas áreas do Direito e correlatas (Administração, Gestão de Pessoas, Psicologia Jurídica) em parcerias diversas
Entregas Previstas	Dois turmas do curso de Administração Judiciária (23/09 a 11/10/2013, 14/10 a 1º/11/2013 e 10 a 28/02/2014) e duas turmas do Curso de Informática Aplicada à Jurisdição (11 de novembro a 13 de dezembro de 2013 e 10 a 21 de março de 2014)
Unidades Envolvidas	TJCE, Esmec e Enfam
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Eventos culturais	
Objetivo	Realização de eventos culturais de diversas naturezas (lançamento de livros, mostras de cinema e artes plásticas, mesas redondas, debates, cafés culturais, esquetes teatrais, colóquios, seminários, entre outros) durante os anos de 2013 e 2014, com temas de interesse da comunidade acadêmico-jurídica
Entregas Previstas	Aula-espetáculo de Ariano Suassuna, em 15 de agosto de 2013 e II Seminário de Literatura e Direito em 2014
Unidades Envolvidas	TJCE e Esmec
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Cursos de Capacitação na Área da Infância e da Adolescência	
Objetivo	Ofertar, ao longo de 2013, pelo menos dois cursos de aperfeiçoamento, voltados especificamente para a área da infância e da adolescência
Entregas Previstas	Curso Direito da Infância e da Juventude, (12 e 13 de dezembro de 2013); Direito de Família em Debate (21, 22, 28 e 29 de março de 2014); Guarda no Direito de Família (04 de abril)
Unidades Envolvidas	TJCE e Esmec
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Curso de formação de novos juízes	
Objetivo	Assegurar recursos que permitam o cumprimento da obrigação constitucional de oferecimento de curso de formação inicial para novos juízes
Entregas Previstas	IV Curso de Formação de Novos Juízes
Unidades Envolvidas	CGJ, TJCE e Esmec
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

- iii. novos aparelhos de ar-condicionado e modernização da central;
- iv. aquisição de novos computadores, *no breaks*, *notebooks* e aparelhos de audiovisual (projetores multimídia) para a Secretaria, Assessoria Pedagógica, Biblioteca e salas de aula;
- v. equipamentos de som mais modernos para o auditório (sistema de gravação, microfones etc.);
- vi. proposta de cerca verde para o entorno da Escola;
- vii. colocação de portal detector de metal na entrada principal da Esmec.

15.2.3 Ações de comunicação

- i. *mailing* e SMS: intensificação no envio de informações (sobre cursos, seminários, lançamento de livros etc.) para jornais, blogs, assessorias de comunicação e outros públicos locais e nacionais. Envio de SMS para juízes, a partir de parceria com a ACM;
- ii. publicação jornalística: impressão de quatro edições do informativo Esmec Notícias, periódico distribuído para desembargadores, juízes, Escolas da Magistratura, imprensa, professores e alunos da Esmec, dentre outros públicos;
- iii. Portal da Esmec: em março de 2014 foi ao ar o Portal Esmec, que modernizou e tornou mais interativo o antigo *site* da Escola. A enquete sobre o conteúdo do Portal mostra um índice de 83% de aprovação por parte dos internautas, conforme dados apurados em 19/11/2014;
- iv. cobertura fotográfica: aquisição de câmera fotográfica profissional para cobertura dos eventos da Escola, cujas fotos foram utilizadas em informativos e no Portal Esmec, bem como enviadas para jornais, Assessoria de Comunicação do TJCE e outros interessados;
- v. clipagem: assinatura dos jornais O Povo e Diário do Nordeste (O Estado já vinha sendo recebido regularmente) para o recorte de matérias de interesse da Esmec, objetivando não só o arquivamento de notícias, mas também a utilização como subsídio à tomada de decisão por parte da Direção da Escola.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

15.2.4 Outras ações

- i. atualização da periodicidade da revista Themis, com a publicação dos volumes 9, 10, 11 e 12 do periódico científico;
- ii. interiorização das atividades da Escola, com a implantação dos Polos de Aprendizagem nas cidades de Crato, Iguatu, Sobral e Crateús;
- iii. novas aquisições para o acervo da Biblioteca da Esmec: no período de fevereiro de 2013 a outubro de 2014 foram adquiridos 943 livros, 13 periódicos e 57 monografias. Realizados 277 empréstimos;
- iv. ações de responsabilidade socioambiental, tais como: doação de alimentos e materiais de reciclagem para a população da comunidade do entorno da Escola, oferta de cursos para mulheres da comunidade do Dendê, participação na Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE, redução no consumo de papel e copo descartável etc.
- v. participação em encontros nacionais que reuniram diretores de Escolas da Magistratura, tais como os eventos promovidos pela Enfam, Copedem e ENM;
- vi. assinatura de Convênios de Cooperação Técnica com instituições como a Escola Nacional da Magistratura, Associação Cearense de Magistrados, Universidade Regional do Cariri e Rede de Escolas de Governo;
- vii. lançamento de seis livros no auditório da Esmec, seguido de palestras com convidados ilustres, como o jurista português Jorge Miranda.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE METAS POR EIXO, ÁREA TEMÁTICA E PROGRAMA

Tabela 70 – Relatório Consolidado de Metas por Eixo, Área Temática e Programa

CÓD.	EIXO	CÓD.	ÁREA TEMÁTICA	CÓD.	PROGRAMA	CÓD.	META	QTD. PROGRAMADA 2014	QTD. REALIZADA 2014
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00007	REALIZAR MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA NAS 08 MACRORREGIÕES	8	3
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00044	IMPLANTAR E MANTER O SISTEMA PROCESSUAL DIGITAL NAS 184 COMARCAS DO PODER JUDICIÁRIO CEARENSE	0	0
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00045	IMPLANTAR E MANTER 07 MÓDULOS DO PROJETO DE VIRTUALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	2	1
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00956	CONSTRUIR 18 UNIDADES JUDICIÁRIAS NO ESTADO DO CEARÁ.	8	7
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00957	REFORMAR 76 UNIDADES JUDICIÁRIAS NO ESTADO DO CEARÁ.	28	26
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00962	OTIMIZAR E NORMALIZAR 70 PROCEDIMENTOS JUDICIAIS E/OU ADMINISTRATIVOS	26	29
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00963	VEICULAR 169 PROGRAMAS DE TELEVISÃO SOBRE AS AÇÕES DO JUDICIÁRIO CEARENSE	52	52

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 3 órgãos em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47; e
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30.

Cada um destes órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o FERMOJU a seguinte execução orçamentária em 2014:

Figura 9 – Execução Orçamentária 2014 - FERMOJU

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
04200001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO	103.290.023,00	140.175.890,47	133.825.099,78	127.743.760,61	95,47	91,13
DO PODER JUDICIÁRIO						
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.259.106,00	111.404.014,03	107.940.010,63	103.398.462,07	96,89	92,81
44 INVESTIMENTOS	21.405.867,00	28.146.826,44	25.534.349,84	24.011.259,23	90,72	85,31
45 INVERSÕES FINANCEIRAS	625.050,00	625.050,00	350.739,31	334.039,31	56,11	53,44
Total Geral	103.290.023,00	140.175.890,47	133.825.099,78	127.743.760,61	95,47	91,13

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

O Fermoju, dentro desta tríplex estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos recursos diretamente arrecadados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Seus principais Grupos de Despesa são Outras Despesas Correntes e Investimentos, representando 99,55% dos recursos disponíveis e 99,74% dos recursos executados, sendo assim distribuídos:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Figura 10 – Execução Orçamentária 2014 – FERMOJU – Outras Despesas Correntes

ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014 LEI Nº 15.495, de 27/12/2013 Consolidado por Órgão e Grupo de Despesa		Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO				
Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04200001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	81.259.106,00	111.404.014,03	107.940.010,63	103.398.462,07	96,89	92,81
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.259.106,00	111.404.014,03	107.940.010,63	103.398.462,07	96,89	92,81
Total Geral	81.259.106,00	111.404.014,03	107.940.010,63	103.398.462,07	96,89	92,81

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Figura 11 – Execução Orçamentária 2014 – FERMOJU – Investimentos

ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014 LEI Nº 15.495, de 27/12/2013 Consolidado por Órgão e Grupo de Despesa		Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO				
Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04200001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	21.405.867,00	28.146.826,44	25.534.349,84	24.011.259,23	90,72	85,31
44 INVESTIMENTOS	21.405.867,00	28.146.826,44	25.534.349,84	24.011.259,23	90,72	85,31
Total Geral	21.405.867,00	28.146.826,44	25.534.349,84	24.011.259,23	90,72	85,31

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, temos os seguinte detalhamento:

Figura 12 – Execução Orçamentária 2014 – FERMOJU – Outras Despesas Correntes – Detalhamento

ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014 LEI Nº 15.495, de 27/12/2013 Consolidado por Órgão e Despesa		Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO				
Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04200001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO	81.259.106,00	111.404.014,03	107.940.010,63	103.398.462,07	96,89	92,81
339030 MATERIAL DE CONSUMO	4.504.324,00	2.817.644,52	2.548.637,89	2.071.150,11	90,45	73,51
339031 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVA	0,00	6.672,16	6.598,00	6.598,00	98,89	98,89
339032 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00	9.212,64	9.212,64	9.212,64	100,00	100,00
339035 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	195.475,00	490.988,00	312.256,41	312.256,41	63,60	63,60
339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	146.827,00	38.427,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339037 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16.746.181,00	29.607.333,63	29.578.653,53	27.448.977,97	99,90	92,71
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.919.198,00	46.617.764,84	44.485.723,54	42.570.149,42	95,43	91,32
339047 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00	4.484,84	4.251,64	4.109,98	94,80	91,64
339092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.600.369,00	10.186.661,83	10.066.627,40	10.047.957,96	98,82	98,64
339093 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.056.732,00	21.008.128,73	20.373.455,88	20.373.455,88	96,98	96,98
339139 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00	603.180,50	542.042,21	542.042,21	89,86	89,86
339147 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	50.000,00	8.759,06	7.795,21	7.795,21	89,00	89,00
339192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00	4.756,28	4.756,28	4.756,28	100,00	100,00
Total Geral	81.259.106,00	111.404.014,03	107.940.010,63	103.398.462,07	96,89	92,81

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Investimentos, temos os seguinte detalhamento:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Figura 13 – Execução Orçamentária 2014 – FERMOJU – Investimentos – Detalhamento

ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014
LEI Nº 15.495, de 27/12/2013
Consolidado por Órgão e Despesa

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04200001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃ	21.405.867,00	28.146.826,44	25.534.349,84	24.011.259,23	90,72	85,31
449030 MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	142.291,70	125.365,73	124.790,73	88,10	87,70
449039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	2.820.756,02	2.818.380,60	2.701.257,14	99,92	95,76
449051 OBRAS E INSTALAÇÕES	17.711.445,00	14.619.699,33	12.490.561,89	11.814.284,54	85,44	80,81
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.332.054,00	8.184.979,93	7.740.846,96	7.071.996,67	94,57	86,40
449092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	357.368,00	2.379.099,46	2.359.194,66	2.298.930,15	99,16	96,63
Total Geral	21.405.867,00	28.146.826,44	25.534.349,84	24.011.259,23	90,72	85,31

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

O Fermoju possui três fontes de recursos, que são:

- a Fonte 15, que possui como fonte de recursos os depósitos judiciais,
- a Fonte 29, que possui como fonte de recursos a arrecadação da venda de selos de autenticidade, e,
- a Fonte 70, que possui como fonte de recursos os valores diretamente arrecadados pelo FERMOJU, como emolumentos, taxas, multas etc.

Figura 14 – Execução Orçamentária 2014 – FERMOJU – Por Fonte

ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014
LEI Nº 15.495, de 27/12/2013
Consolidado por Órgão e Fonte

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04200001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃ	103.290.023,00	140.175.890,47	133.825.099,78	127.743.760,61	95,47	91,13
15 DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	18.081.414,00	38.869.707,44	35.202.662,79	33.713.929,04	90,57	86,74
29 RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTEN	25.864.399,00	25.864.399,00	24.473.124,85	24.289.935,93	94,62	93,91
70 RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	59.344.210,00	75.441.784,03	74.149.312,14	69.739.895,64	98,29	92,44
Total Geral	103.290.023,00	140.175.890,47	133.825.099,78	127.743.760,61	95,47	91,13

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Figura 15 – Execução Orçamentária 2013 – FERMOJU – Por Fonte

ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2013
LEI Nº 15.268, de 28/12/2012
Consolidado por Órgão e Fonte

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04200001 FUNDO ESP DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO F	200.467.517,50	218.528.112,02	118.128.618,11	113.475.965,51	54,06	51,93
01 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	45.626,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	143.032.418,00	143.032.418,00	49.755.187,77	45.736.658,53	34,79	31,98
29 RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTEN	0,00	9.190.050,00	7.725.488,27	7.725.488,27	84,06	84,06
70 RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	57.389.473,25	66.305.644,02	60.647.942,07	60.013.818,71	91,47	90,51
Total Geral	200.467.517,50	218.528.112,02	118.128.618,11	113.475.965,51	54,06	51,93

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Vale ressaltar a considerável variação negativa dos valores orçamentários disponíveis entre os anos de 2013 e 2014. Como principal justificativa pode-se apontar uma redução de 72,8% na disponibilidade orçamentária da Fonte 15 (PIMPJ).

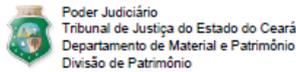
Importante destacar, por fim, que as informações orçamentárias, financeiras e contábeis no Estado do Ceará são produzidas e geridas pela Secretaria de Fazenda do estado, não tendo o Tribunal de Justiça interferência sobre os demonstrativos ora disponibilizados.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

RECURSOS PATRIMONIAIS

Figura 16 – Recursos Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Ceará



Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

Conta	Descrição	Saldo ant.(R\$)	Incorp.(R\$)	Baixas(R\$)	Reinc.(R\$)	Reav. (R\$)	Saldo atual(R\$)
000000000	CONTA CONTABIL - MIGRAÇÃO	17.723.552,02	0,00	50.346,92	84,20	0,00	17.673.289,30
3390300015	PECAS E ACESSORIOS PARA EQUIP DE COMUNICACAO	1.335,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.335,00
3390300025	Material para áudio e vídeo	224,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224,00
3390300026	MATERIAL DE PROTECAO SEGURANCA E SOCORRO	10.614,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.614,00
4490520001	VEICULOS E EQUIP PARA VEICULOS	3.738.702,74	538.600,00	0,00	0,00	0,00	4.277.302,74
4490520002	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	0,00	1.672.883,27	0,00	0,00	0,00	1.672.883,27
4490520004	MAQUINAS MOTORES E AP DIVERSOS	4.166.865,74	310.901,72	6.213,20	0,00	0,00	4.471.554,26
4490520007	APARELHOS E UTENSILIOS TIPO DOMESTICO	240.511,12	61.951,48	0,00	0,00	0,00	302.462,60
4490520010	BANDEIRAS E FLAMULAS	21.401,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.401,00
4490520011	LIVROS E PUBLIC TECNICAS	728.600,81	73,00	0,00	0,00	0,00	728.673,81
4490520012	EQUIP DE PROTECAO SEG E SOCORRO	85.234,97	3.380,00	0,00	0,00	0,00	88.614,97
4490520013	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	598.724,77	14.965,00	0,00	0,00	0,00	613.689,77
4490520015	APAREL DE USO ODON HOSP E LABORATORIAIS	128.653,30	1.827,50	0,00	0,00	0,00	130.480,80
4490520016	DECORACAO OBJETOS DE ARTE COLECAO	44.999,07	1.420,95	0,00	0,00	0,00	46.420,02
4490520017	EQUIP PARA AUDIO VIDEO E FOTO	478.188,23	45.124,00	0,00	0,00	0,00	523.312,23
4490520020	MOBILIARIO EM GERAL	32.733.967,81	3.938.694,20	4.039,66	0,00	0,00	36.668.622,35
4490520028	OBRAS DE ARTE E PECAS P/MUSEU	3.659,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.659,00
4490520080	EQUIPAMENTOS P/TECNOLOGIA DA INFORMACAO	19.193.275,77	3.861.291,02	2.860,00	133,00	0,00	23.051.839,79
4490520099	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	382.779,97	1.233,00	1.663,40	0,00	0,00	382.349,57
	Total:	80.281.289,32	10.452.345,14	65.123,18	217,20	0,00	90.668.728,48

Fonte: Secretaria de Administração do TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

INFRAESTRUTURA

Tabela 71 – Relação de imóveis do Governo do Estado e disponíveis para o Poder Judiciário do Estado do Ceará

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
001	ABAIARA	Prédio	RUA JOÃO FELITO DE SOUSA		CENTRO	63.240-000
002	ACARAPE	Prédio	RUA CHICO VIEIRA		CENTRO	62.580-000
003	ACARAU	Casa	RUA SANTO ANTÔNIO	1495	CENTRO	62.580-000
004	ACARAU	Prédio	PRAÇA MANUEL DUCA DA SILVEIRA		CENTRO	62.580-000
005	ACARAU	Prédio	RUA CAMPO DE AVIAÇÃO		CAMPO DE AVIAÇÃO	62.580-000
006	ACOPIARA	Prédio	RUA CÍCERO MANDU	S/N	CENTRO	63.5660-000
007	ACOPIARA	Casa	RUA DR. TIBURCIO SOARES	437	CENTRO	63.5660-000
008	ACOPIARA	Casa	RUA QUINTINO BOCAUVA	420	CENTRO	63.5660-000
009	AIUABA	Casa	RUA ARMANDO ARRAIS FEITOSA	6	CENTRO	63.575-000
010	AIUABA	Prédio	RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA	S/N	CAIÇARA	63.575-000
011	AIUABA	Casa	RUA RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA	50	CENTRO	63.575-000
012	ALCANTARAS	Prédio	RUA FRANCISCO CUNHA		SÃO JOSÉ	62.120-000
013	ALTANEIRA	Prédio	RUA PE. LUIZ ANTÔNIO		CENTRO	63.195-000
014	ALTO SANTO	Prédio	RUA CORONEL SIMPRICIO BEZERRA		CENTRO	62.970-000
015	ALTO SANTO	Casa	RUA JOÃO QUINCÓ		CENTRO	62.970-000
016	AMONTADA	Terreno	RUA MARIA MELO	S/N	TORRE	62.540-000
017	AMONTADA	Prédio	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA	1310	TORRE	62.540-000
018	AMONTADA	Casa	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA	S/N	TORRE	62.540-000
019	ANTONINA DO NORTE	Prédio	AV. CENTRAL		CENTRO	63.570-000
020	APUIARÉS	Prédio	AV. GOMES DA SILVA		CENTRO	62.630-000
021	AQUIRAZ	Casa	LOTEAMENTO		CHÁCARAS DA PRAINHA	61.700-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
022	AQUIRAZ	Casa	LOTEAMENTO		CHÁCARAS DA PRAINHA	61.700-000
023	AQUIRAZ	Casa	LOTEAMENTO		CHÁCARAS DA PRAINHA	61.700-000
024	AQUIRAZ	Prédio	AV. AUGUSTO SÁ		CENTRO	61.700-000
025	AQUIRAZ	Prédio	RUA VIRGÍLO COELHO	112	CENTRO	61.700-000
026	ARACATI	Casa	RUA DO CASTELO	131	CENTRO	62.800-000
027	ARACATI	Casa	RUA CORONEL ALEXANDRINO	1224	CENTRO	62.800-000
028	ARACATI	Prédio	RUA CORONEL ALEXANDRINO	789	CENTRO	62.800-000
029	ARACATI	Casa	RUA DO CASTELO	130	CENTRO	62.800-000
030	ARACATI	Terreno	TRAV. FELISMINO FILHO		FÁTIMA	62.800-000
031	ARACATI	Terreno	LOTEAMENTO VILA GREGA		VILA GREGA	62.800-000
032	ARACOIABA	Casa	RUA LUIS RIBEIRO DE SOUZA	34	PLANALTO ARACOIABA	62.750-000
033	ARACOIABA	Casa	RUA RAIMUNDO DE CASTRO DA SILVA		CENTRO	62.750-000
034	ARACOIABA	Prédio	AV. TIRADENTES	1449	CENTRO	62.750-000
035	ARARENDA	Prédio	RUA PREFEITO FRANCISCO LANDIM		CANÁRIO	62.210-000
036	ARARIPE	Casa	RUA VICENTE ALENCAR BARBOSA	S/N	CENTRO	63.170-000
037	ARARIPE	Prédio	AV. SIMPLICIO DE ALENCAR		CENTRO	63.170-000
038	ARATUBA	Casa	RUA JULIO PEREIRA	40	FORQUILHA	62.762-000
039	ARATUBA	Prédio	RUA JULIO PEREIRA	30	FORQUILHA	62.762-000
040	ARNEIROZ	Prédio	AV CEL VIRGILIO TAVORA		CENTRO	63.670-000
041	ASSARE	Casa	RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA	40	VILA MOTA	63.140-000
042	ASSARE	Terreno	RUA RAUL ONOFRE DE PAIVA	S/N	BELO HORIZONTE	63.140-000
043	ASSARE	Terreno	RUA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL	S/N	BANGUÊ	63.140-000
044	ASSARE	Prédio	RUA PADRE EMILIO CABRAL	320-A	CENTRO	63.140-000
045	AURORA	Casa	RUA MARIA CORAÇÃO BEZERRA	S/N	VILA PAULO GONÇALVES	63.360-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
046	AURORA	Prédio	RUA CORONEL JOSÉ LEITE	S/N	ARAÇA	63.360-000
047	BAIXIO	Casa	RUA CEL. FRANCISCO LUIZ	S/N	CENTRO	63.320-000
048	BAIXIO	Prédio	PRAÇA DOS TRÊS PODERES	S/N	CENTRO	63.320-000
049	BANABUIU	Prédio	RUA QUEIROZ PESSOA		CENTRO	63.960-000
050	BARBALHA	Casa	RUA MADRE ILDUARA	693	CENTRO	63.180-000
051	BARBALHA	Casa	RUA MADRE ILDUARA	707	CENTRO	63.180-000
052	BARBALHA	Terreno	RUA PRINCESA ISABEL		CENTRO	63.180-000
053	BARBALHA	Prédio	RUA ZUCA SAMPAIO		CENTRO	63.180-000
054	BARBALHA	Prédio	RUA PRINCESA ISABEL	118-A	CENTRO	63.180-000
055	BARBALHA	Casa	RUA CEL JOÃO DA CRUZ	198	CENTRO	63.180-000
056	BARBALHA	Casa	RUA CEL JOÃO DA CRUZ	198	CENTRO	63.180-000
057	BARREIRA	Prédio	RUA PAULO JACÓ	190	CENTRO	62.795-000
058	BARRO	Casa	RUA CRISANTINA MONTEIRO DINIZ	S/N	CENTRO	63.380-000
059	BARRO	Prédio	AV. FRANCISCO AUDELEY CARDOSO	S/N	CENTRO	63.380-000
060	BARROQUINHA	Prédio	AV. MARIA DIAMANTINAS VERAS	S/N	CENTRO	62.410-000
062	BATURITE	Prédio	AV. 07 DE SETEMBRO	949	CENTRO	62.760-000
061	BATURITE	Casa	AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA	1025	SANHARÃO	62.760-000
063	BATURITE	Casa	AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA	1025	SANHARÃO	62.760-000
064	BATURITE	Casa	AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA	1025	SANHARÃO	62.760-000
068	BATURITE	Prédio	AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA		CENTRO	62.760-000
065	BATURITE	Prédio	PRAÇA WALDEMAR FALCÃO	S/N	CENTRO	62.760-000
066	BATURITE	Terreno	RUA PADRE ANTONIO PINTO	S/N	CENTRO	62.760-000
067	BATURITE	Prédio	TRAVESSA 14 DE ABRIL	S/N	CENTRO	62.760-000
069	BEBERIBE	Casa	RUA JUAQUIM DE QUEIROZ FACÓ		NOVO PLANALTO	62.840-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
070	BEBERIBE	Terreno	RUA DEPUTADO RAIMUNDO DE Q. FERREIRA		CENTRO	62.840-000
071	BEBERIBE	Prédio	RUA JUAQUIM DE QUEIROZ FACÓ		NOVO PLANALTO	62.840-000
072	BELA CRUZ	Casa	RUA JOSÉ CHEIREZ	S/N	CENTRO	62.570-000
073	BELA CRUZ	Prédio	RUA SANTA CRUZ	S/N	CENTRO	62.570-000
074	BELA CRUZ	Casa	RUA CAPITÃO MIGUEL LOPES	S/N	CENTRO	62.570-000
075	BOA VIAGEM	Terreno	RUA ERNESTO PEREIRA DE SOUSA		TIBIQUARI	63.870-000
076	BOA VIAGEM	Prédio	RUA JOSÉ RANGEL DE ARAÚJO	S/N	CENTRO	63.870-000
077	BOA VIAGEM	Casa	RUA 21 DE NOVEMBRO	566	TIBIQUARI	63.870-000
078	BREJO SANTO	Casa	RUA MANOEL TIBURTINO	544	CENTRO	63.260-000
079	BREJO SANTO	Casa	RUA MANOEL TIBURTINO	301	CENTRO	63.260-000
080	BREJO SANTO	Prédio	AV. ANTÔNIO FLORENTINO	S/N	CENTRO	63.260-000
081	BREJO SANTO	Prédio	RUA JOSÉ MATIAS SAMPAIO	274	CENTRO	63.260-000
082	CAMOCIM	Casa	RUA DA INDEPENDÊNCIA	561-A	CENTRO	62.400-000
083	CAMOCIM	Casa	RUA DA INDEPENDÊNCIA	561-B	CENTRO	62.400-000
084	CAMOCIM	Prédio	RUA 24 DE MAIO	S/N	CENTRO	62.400-000
085	CAMPOS SALES	Casa	RUA ENEAS ARAES	394	CENTRO	63.150-000
086	CAMPOS SALES	Prédio	RUA MANOEL MORAES		CENTRO	63.150-000
087	CANINDÉ	Casa	RUA CELIO MARTINS	714	CENTRO	62.700-000
088	CANINDÉ	Casa	RUA JOÃO PINTO DAMASCENO	268	CENTRO	62.700-000
089	CANINDÉ	Casa	RUA GERONICIO BRIGIDO NETO	268	BELA VISTA	62.700-000
090	CANINDÉ	Prédio	RUA GERONICIO BRIGIDO NETO		BELA VISTA	62.700-000
091	CANINDÉ	Prédio	RUA LARGO FRANCISCO XAVIER DE MEDEIROS		CENTRO	62.700-000
092	CAPISTRANO	Casa	RUA ANTÔNIO FERNANDES BEZERRA	S/N	CENTRO	62.748-000
093	CAPISTRANO	Casa	RUA CEL. FRANCISCO	S/N	CENTRO	62.748-



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
			NUNES CAVALCANTE			000
094	CAPISTRANO	Prédio	RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO	S/N	CENTRO	62.748-000
095	CARIDADE	Casa	RUA CEL. LINHARES	S/N	CENTRO	62.730-000
096	CARIDADE	Prédio	RUA CEL. LINHARES	S/N	CENTRO	62.730-000
097	CARIRE	Casa	RUA VEREADOR HONÓRIO DE BRITO	S/N	CENTRO	62.184-000
098	CARIRE	Prédio	RUA VEREADOR MANUEL HONÓRIO DE BRITO	S/N	CENTRO	62.184-000
099	CARIRIAÇU	Casa	RUA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL	S/N	PARAISO	63.220-000
100	CARIRIAÇU	Prédio	RUA LUIZ BEZERRA	S/N	PARAISO	63.220-000
101	CARIUS	Casa	PRAÇA DA REPÚBLICA	S/N	CENTRO	63.530-000
102	CARIUS	Prédio	RUA VEREADOR BENEDITO ALVES DE OLIVEIRA	S/N	NOVO HORIZONTE	63.530-000
103	CARNAUBAL	Casa	RUA 22 DE JULHO	S/N	CENTRO	62.375-000
104	CARNAUBAL	Prédio	RUA JOSÉ BARROSO	143	CENTRO	62.375-000
105	CASCAVEL	Casa	RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	508	PLANALTO NOVA CASCAVEL	62.850-000
106	CASCAVEL	Casa	AV. PREFEITO JOSÉ DE QUEIROZ FERREIRA	S/N	CENTRO	62.850-000
107	CASCAVEL	Prédio	RUA PROF. JOSÉ A DE QUEIROZ		CENTRO	62.850-000
108	CATARINA	Casa	RUA JOAQUIM LEOPOLDO ARAÚJO CHAVES	217	CENTRO	63.595-000
109	CATARINA	Prédio	RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS	S/N	CENTRO	63.595-000
110	CATUNDA	Prédio	RUA ANTÔNIO TIMBÓ		CENTRO	62.297-000
111	CAUCAIA	Casa	RUA JOSÉ DA ROCHA	521		61.600-000
112	CAUCAIA	Casa	RUA JOSÉ DA ROCHA	503		61.600-000
113	CAUCAIA	Casa	RUA JOSÉ DA ROCHA	483		61.600-000
114	CAUCAIA	Casa	RUA CEL. JOÃO LICÍNIO	517		61.600-000
115	CAUCAIA	Casa	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS	251		61.600-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
116	CAUCAIA	Prédio	RUA JOACI SAMPAIO PONTES	2091		61.600-000
117	CAUCAIA	Prédio	RUA 15 DE NOVEMBRO			61.600-000
118	CEDRO	Casa	RUA AZARIAZ ALVES DINIZ	129	CENTRO	63.400-000
119	CEDRO	Prédio	RUA CEL. JOÃO CANDIDO	578	CENTRO	63.400-000
120	CHAVAL	Casa	RUA ZEFERINO COSTA	265	CENTRO	62.420-000
121	CHAVAL	Prédio	RUA MAJOR FIEL	299	CENTRO	62.420-000
122	CHAVAL	Casa	PRAÇA MONSENHOR CARNEIRO	1185	CENTRO	62.420-000
123	CHORO LIMÃO	Prédio	ESTRADA DA SERRA DO ESTEVÃO		CENTRO	63.920-000
124	CHOROZINHO	Casa	AV. DR. LUIZ COSTA	S/N	LEIRÕES	62.875-000
125	CHOROZINHO	Prédio	AV. DR. LUIZ COSTA	S/N	LEIRÕES	62.875-000
126	COREAU	Casa	RUA CONJ. COHAB	S/N	CENTRO	62.160-000
127	COREAU	Prédio	ROD. CE 071	S/N		62.160-000
128	COREAU	Casa	RUA CEL. ANTÔNIO TELES	S/N	CENTRO	62.160-000
129	CRATEÚS	Casa	RUA MOREIRA DA ROCHA	S/N	CENTRO	63.700-000
130	CRATEÚS	Casa	RUA MOREIRA DA ROCHA	S/N	CENTRO	63.700-000
131	CRATEÚS	Casa	RUA GENTIL BARREIRA	S/N	CENTRO	63.700-000
132	CRATEÚS	Terreno	AV EDILBERTO FROTA	S/N	CENTRO	63.700-000
133	CRATEÚS	Prédio	GALERIA GENTIL CARDOSO	S/N	CENTRO	63.700-000
134	CRATO	Casa	QUADRA D5A LOT JARDIM NOVO HORIZONTE	S/N	GRANJEIRO	63.100-000
135	CRATO	Casa	QUADRA D5B LOT JARDIM NOVO HORIZONTE	S/N	GRANJEIRO	63.100-000
136	CRATO	Casa	QUADRA D5C LOT JARDIM NOVO HORIZONTE	S/N	GRANJEIRO	63.100-000
137	CRATO	Casa	QUADRA D5D LOT JARDIM NOVO HORIZONTE	S/N	GRANJEIRO	63.100-000
138	CRATO	Prédio	RUA ALVARO PEIXOTO	S/N	SÃO MIGUEL	63.100-



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
			DE ALENCAR			000
139	CROATA	Casa	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU	8	CAROBA	62.390- 000
140	CROATA	Prédio	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU	S/N	CAROBA	62.390- 000
141	CRUZ	Casa	RUA 7 DE SETEMBRO	S/N	CENTRO	62.595- 000
142	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	Prédio	RUA FRANCISCA BARROSO GOMES		PRAÇA DOS 3 PODERES	63.645- 000
143	ERERE	Prédio	TRAVESSA MARIANA DE MOURA		CENTRO	63.470- 000
144	EUSÉBIO	Casa			LAGOA DOS PATOS	61.760- 000
145	EUSÉBIO	Prédio	AV. EUSÉBIO DE QUEIROZ		CENTRO	61.760- 000
146	FARIAS BRITO	Casa	RUA CEL MANUEL PINHEIRO DE ALMEIDA	S/N	CENTRO	63.185- 000
147	FARIAS BRITO	Prédio	RUA CEL MANUEL PINHEIRO DE ALMEIDA	S/N	CENTRO	63.185- 000
148	FORQUILHA	Casa	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO	S/N	CENTRO	62.115- 000
149	FORQUILHA	Prédio	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO	S/N	CENTRO	62.115- 000
150	FORTALEZA	Prédio	AV. SANTOS DUMONT	1400	ALDEOTA	60.150- 160
151	FORTALEZA	Prédio	AV GEN AFONSO A LIM	S/N	CAMBEBA	60.839- 900
152	FORTALEZA	Prédio	RUA DR. JOÃO GUILHERME	25	ANTONIO BEZERRA	60.356- 770
153	FORTALEZA	Prédio	RUA HERMINA BONAVIDES		PRAIA DO FUTURO	60.182- 260
154	FORTALEZA	Prédio	AV DA UNIVERSIDADE	3281	BENFICA	60.020- 181
155	FORTALEZA	Prédio	RUA 729	443	CONJ. CEARÁ	60.531- 760
156	FORTALEZA	Prédio	RUA SANTA EFIGÊNIA	360	MESSEJANA	60.871- 020
157	FORTALEZA	Prédio	RUA DES JOÃO FIRMINO	3288	MONTESE	60.425- 560
158	FORTALEZA	Prédio	AV DA UNIVERSIDADE	2922	BENFICA	60.020- 181
159	FORTALEZA	Prédio	RUA BARÃO DO RIO BRANCO	340	FÁTIMA	60.025- 062
160	FORTALEZA	Prédio	RUA DO LAGO	636	TANCREDO NEVES	60.820- 370
161	FORTALEZA	Prédio	RUA DR ALMEIDA FILHO	800	JACARECANGA	60.320- 510
162	FORTALEZA	Prédio	RUA CARLOS CHAGAS	421	BONSUCESSO	60.541-



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
						550
163	FORTALEZA	Prédio	AV. C	1301	CONJ. NOVA ASSUNÇÃO	60.347-500
164	FORTALEZA	Prédio	RUA MÁRIO MAMEDE	1200	PIEIDADE	60.415-000
165	FORTALEZA	Prédio	AV GEN OSÓRIO DE PAIVA	130	PARANGABA	60.720-000
166	FORTALEZA	Prédio	AV K	1330	JOSÉ WALTER	60.750-100
167	FORTALEZA	Prédio	RUA BETEL	230	SERRINHA	60.741-810
168	FORTALEZA	Prédio	AV. GODOFREDO MACIEL	3100	MARAPONGA	60.710-000
169	FORTALEZA	Prédio	AV GENERAL AFONSO A LIMA	S/N	CAMBEBA	60.822-325
170	FORTALEZA	Prédio	RUA SENADOR POMPEU	1200	CENTRO	60.025-061
171	FORTALEZA	Prédio	RUA ROBERTO SILVA	70	EDSON QUEIROZ	60.812-230
172	FORTALEZA	Prédio	RUA TABELIÃO FABIÃO	114	PRESIDENTE KENEDY	60.320-010
173	FORTALEZA	Prédio	RUA RAMIREZ MARANHÃO DO VALE	70	EDSON QUEIROZ	60.811-670
174	FORTALEZA	Prédio	RUA DES. FLORIANO BENEVIDES	220	EDSON QUEIROZ	60.811-902
175	FORTALEZA	Prédio	RUA ALMIRANTE MAXILIANO DA FONSECA	1395	EDSON QUEIROZ	60.811-020
176	FORTALEZA	Prédio	RUA VISCONDE DE MAUA	1940	ALDEOTA	60.235-270
177	FORTIM	Casa	RUA JOAQUIM CRISOSTOMO	S/N	CENTRO	62.815-000
178	FORTIM	Prédio	RUA JOAQUIM CRISOSTOMO	S/N	CENTRO	62.815-000
179	FRECHEIRINHA	Casa	RUA TENENTE EUFRÁSIO	S/N	CENTRO	62.340-000
180	FRECHEIRINHA	Terreno	RUA JOAQUIM PEREIRA	S/N	CENTRO	62.340-000
181	FRECHEIRINHA	Prédio	RUA JOAQUIM PEREIRA	S/N		62.340-000
182	GENERAL SAMPAIO	Prédio	RUA JOSÉ SEVERINO FILHO	S/N	CENTRO	62.738-000
183	GRAÇA	Casa	AV JOSÉ CANDIDO DE CARVALHO	S/N	CENTRO	62.365-000
184	GRAÇA	Prédio	RUA EUCLIDES AUGUSTO RIBEIRO	S/N	CENTRO	62.365-000
185	GRANJA	Casa	RUA DEPUTADO CARVALHO ROCHA	S/N	SÃO RAIMUNDO	62.430-000